

5ª OFICINA DE AGÊNCIA E COBRANÇA
Desafios da Aplicação de
Recursos da Cobrança

Relatório Final

(versão revisada pela ANA)

Realização: ANA - Agência Nacional de Águas

Local: Brasília/DF

Data: 8 e 9 de novembro de 2011

Metodologia, Mediação e Relatoria:
holon soluções integrativas



SUMÁRIO

ITEM	Pág
INTRODUÇÃO E OBJETIVOS	03

METODOLOGIA	03

PROGRAMAÇÃO	04

RELATORIA	06

ENCAMINHAMENTOS	31

ENCERRAMENTO	32

ANEXOS	33

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A “5ª OFICINA DE AGÊNCIA E COBRANÇA” foi realizada no Auditório do *Lake Side*, localizado na SHTN, na cidade de Brasília/DF, nos dias 8 e 9 de novembro de 2011, promovida pela Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA).

A Oficina teve como objetivos:

- *Informar o estágio atual da cobrança em rios de domínio da União e nos Estados de MG, SP e RJ;*
- *Elencar os principais entraves para aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança e propor soluções para superá-los;*
- *Avaliar a evolução dos contratos de gestão, visando melhorar a eficiência e a efetividade da atuação das agências; e*
- *Promover a troca de experiências entre os agentes envolvidos com agência de água e cobrança pelo uso de recursos hídricos.*

O evento contou com cerca de 60 participantes, pertencentes a órgãos gestores, agências de água, comitês de bacias e instituições convidadas (Caixa Econômica Federal, Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento de Campinas - SANASA; Confederação Nacional da Indústria - CNI).

Este Relatório traz a metodologia e programação da Oficina, a relatoria das apresentações e dos debates, e os encaminhamentos. No Anexo, encontram-se a avaliação dos participantes, as apresentações dos palestrantes e do mediador, e as considerações finais e recomendações do mediador para fortalecimento e continuidade do processo.

METODOLOGIA

A construção da metodologia da Oficina partiu de uma programação prévia das demandas, expectativas e objetivos apresentados pela ANA, devidamente revisada e ajustada em reuniões com o moderador.

A partir desta referência elaborou-se o roteiro metodológico do evento.

Em relação aos passos metodológicos destacam-se:

- i. as apresentações para nivelamento das informações, proporcionando a troca de experiências de diferentes realidades;
- ii. o apoio da visualização no momento de construção de propostas¹;
- iii. os debates como espaço democrático de diálogo entre os expositores e os participantes, e também entre estes últimos.

¹ Aplicação da ferramenta **Metaplan**, que trabalha com a visualização móvel em fichas, registro das idéias e organização participativa em painéis. A mediação com apoio na visualização ajuda a discernir opiniões, prioriza os elementos centrais de uma idéia, estimula a capacidade de síntese e incentiva a exposição de argumentos.

PROGRAMAÇÃO

A Oficina ocorreu seguindo a seguinte programação:

1º Dia – 8/11 – Terça Feira

- 🕒 09:00 - Credenciamento
- 🕒 09:30 - Apresentação dos participantes
- 🕒 10:00 – Abertura, contexto e resgate da Oficina anterior: ANA – Rodrigo Flecha
- 🕒 10:20 - Apresentações: *“Estágio atual da cobrança: número de usuários; previsão de arrecadação; avanços”*: ANA – Giordano Bruno; IGAM/MG – Sônia Souza
- 🕒 11:00 - Intervalo
- 🕒 11:20 - Apresentações: *“Estágio atual da cobrança: número de usuários; previsão de arrecadação; avanços”*: INEA/RJ – Rosa Formiga; DAEE-SP – José Marcílio, Cláudia Fonseca e Nazareno Mostarda
- 🕒 12:00 - Debate
- 🕒 12:30 - Almoço
- 🕒 13:30 - Apresentação: *“Percepção dos papéis do Comitê, da Agência de Água e do Órgão Gestor de Recursos Hídricos”*: ANA – Osman Fernandes; AGEVAP – Hendrik Mansur
- 🕒 15:15 - Apresentação: *“Contrato de Gestão: evolução e novos indicadores; diretrizes para construção do Plano de Aplicação Plurianual”*: ANA – Fernanda Laus e Cláudio Pereira.
- 🕒 16:00 - Debate
- 🕒 16:30 - Intervalo
- 🕒 16:45 - Apresentações: *“Operacionalização da cobrança - arrecadação, repasse e aplicação: normativos e procedimentos - órgão gestor federal e órgãos gestores estaduais”*: ANA – Victor Sucupira ; INEA – Rosa Formiga; IGAM – Débora de Oliveira; Agência PCJ – Sérgio Razera
- 🕒 18:00 - Debate

2º Dia – 9/11 – Quarta-Feira

- 🕒 08:30 - Apresentações: *“Aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança: desembolso efetivo, principais desafios e proposições”*: Agência PCJ – Adriana Isenburg; AGB Peixe Vivo – Célia Fróes; AGEVAP – Edson Fujita; ABHA – Ronaldo Barbosa
- 🕒 09:50 - Debate
- 🕒 10:20 - Intervalo
- 🕒 10:40 - Apresentações: *“Acesso aos recursos da cobrança: normas, trâmites, entraves e proposições”*: SANASA Campinas – Paulo Tinel; CNI – Percy Soares; CEF – Elton Alberto de Campos
- 🕒 11:40 - Debate
- 🕒 12:30 - Almoço

- 🕒 13:30 - Apresentação: *“Percepção dos usuários pagadores quanto à cobrança pelo uso da água - resultado das pesquisas nas bacias PCJ e Paraíba do Sul”*: ANA – Marco Amorim
- 🕒 14:10 - Debate
- 🕒 14:30 - Apresentação: *“Carta de Petrolina: a experiência da bacia do São Francisco na construção de metas conjuntas, em articulação com os governos federal e estaduais: metodologia de construção das metas e acompanhamento das ações”*: CBH SF – Geraldo José dos Santos
- 🕒 15:00 - Debate
- 🕒 15:30 - Consolidação dos encaminhamentos
- 🕒 16:30 - Avaliação
- 🕒 16:35 - Encerramento

RELATORIA

→ Abertura

→ Rodrigo Flecha - Superintendente de Apoio à Gestão dos Recursos Hídricos/ANA

Informou que a previsão de arrecadação com a cobrança pelo uso da água no Brasil é de cerca de 120 milhões em 2011 e de 140 milhões em 2012, impondo alguns desafios para o tripé agência, comitê de bacia e órgão gestor de recursos hídricos, cujos papéis precisam estar claros para que a gestão de recursos hídricos seja efetiva.

Dentre os desafios, citou a aplicação dos recursos arrecadados, que já havia sido um dos focos das Oficinas anteriores. Opinou que um dos problemas para a aplicação é o entendimento de que a cobrança é um preço público, ao invés de um preço condominial construído a partir de um acordo social.

Contexto e resgate da Oficina anterior

ANEXO DIGITAL 1_ RODRIGO FLECHA

Resgatou os encontros e discussões já acumulados, em especial, o *4º Encontro de Agências de Água*, realizado em novembro de 2008, no Rio de Janeiro/RJ, e a *4ª Oficina para Integração de Procedimentos Operacionais de Cobrança*, realizada em outubro de 2010, em Brasília/DF.

O Encontro no Rio de Janeiro contou com a participação de representantes da Agência de Água Loire-Bretanha que mostraram a experiência francesa no planejamento de bacia e na aplicação dos recursos arrecadados. Destacou que na França trabalha-se com programas plurianuais de investimentos, e que o plano da bacia foge de grandes diagnósticos e foca nas intervenções que serão executadas a cada quinquênio.

Quanto a Oficina de Brasília, além da aplicação dos recursos arrecadados, tratou-se também da integração de procedimentos de cobrança entre os órgãos gestores dos Estados e da União, que precisam estar sincronizados.

Ao relembrar os encaminhamentos e resultados referentes aos desafios e ações levantados nos trabalhos de grupo da Oficina de Brasília, apontou que alguns temas são recorrentes, e que no SINGREH, sempre nos deparamos com velhos e novos desafios, e, com isto, a importância desta 5ª OFICINA DE AGÊNCIA E COBRANÇA.

Opinou sobre a necessidade das agências criarem uma fábrica de projetos para agilizar a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e também para alavancar outros recursos para a recuperação da bacia. Opinou também que um gargalo recorrente do SINGREH é o de fazer com que os usuários privados acessem os recursos da cobrança. Além disto, a falta de integração de procedimentos impede que sejam casados recursos estaduais e federais para investimentos na bacia. Por fim, disse que o tripé agência, comitê de bacia e órgão gestor tem que funcionar bem, cada um no seu papel, pois, embora passos importantes estejam sendo dados, a implementação do SINGREH está ficando mais complexa, e a cada passo dado, novos desafios aparecem. É importante identificar claramente estes desafios e propor estratégia para superá-los.

→ **APRESENTAÇÕES: “ESTÁGIO ATUAL DA COBRANÇA: NÚMERO DE USUÁRIOS; PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO; AVANÇOS”**

→ **Giordano Bruno - Gerente de Cobrança/ANA**

ANEXO DIGITAL 2_GIORDANO BRUNO

Informou que atualmente há cobrança em quatro comitês interestaduais (Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco e Doce), e a expectativa é que outros dois comitês iniciem a cobrança nos próximos anos (Verde Grande e Paranaíba).

Assinalou que o processo prévio ao início da cobrança provoca pedidos de revisão das outorgas por parte dos usuários, mas, entretanto, após o início da cobrança, não estão sendo observadas reduções de usos por parte dos usuários.

Opinou que o recurso arrecadado com a cobrança deve ser visto como recurso condominial, produto de um acordo entre usuários, sociedade civil e governo, e gerenciado de forma distinta dos demais recursos públicos, de forma mais ágil, inclusive com acesso pelo setor privado. Além disto, deve-se utilizá-los como forma de alavancar recursos de outras fontes, principalmente, aqueles disponíveis no PAC.

Dado que os valores de cobrança em vigor são os mesmos desde o início da cobrança, disse que era preciso reajustá-los para recompor as perdas inflacionárias, e, além disso, aumentá-los para que se atinjam os objetivos de incentivo ao uso racional, principalmente em lugares onde os conflitos e as demandas são maiores.

Mostrou os avanços na bacia do rio Doce, destacando o inédito processo integrado das discussões com todos os comitês atuantes na bacia sobre o plano, a cobrança e a agência. Com relação à cobrança na bacia do rio Doce, destacou os valores de cobrança, que são maiores que os adotados em outras bacias, assim como o estabelecimento da progressividade dos valores cobrados condicionada a metas de aplicação dos recursos arrecadados.

Por fim, mostrou dados de 2011 relativos ao número de usuários cobrados, valor cobrado, valor arrecadado e adimplência nas bacias interestaduais onde já há cobrança pelo uso de recursos hídricos (Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco e Doce). De modo geral, tem ocorrido uma boa adimplência e a maior parte da arrecadação refere-se aos usos quantitativos.

→ **Sônia Souza - Gerente de Cobrança/IGAM**

Anexo Digital 3_Sônia Souza

Informou que desde 2007 tem-se discutido a implantação da cobrança no Estado de Minas Gerais, sendo a cobrança efetivamente implantada a partir de 2010 nas bacias dos rios Piracicaba/Jaguari, do rio Araguari e do rio das Velhas.

Em função da necessidade de se trabalhar com uma base de dados consistente e um sistema informatizado de cobrança, o Estado estabeleceu parceria com a ANA para utilização do CNARH e do DIGICOB. A maior dificuldade tem sido migrar o conteúdo do SIAM para o CNARH, feito manualmente. Disse que ainda há um gargalo no módulo de arrecadação, que não pôde ser aproveitado do sistema federal, e tem provocado problemas de controle de informações sobre a arrecadação.

Após discorrer sobre o SisemaNet - sistema integrado de informações de gestão ambiental e recursos hídricos - apresentou o balanço da cobrança em 2010 e 2011 no Estado de Minas

Gerais. Justificou que a redução da arrecadação na bacia do rio Araguari e do rio das Velhas foi porque, em 2010, cobrou-se somente com base na outorga, e, a partir de 2011, os valores são ajustados em função dos valores efetivamente medidos pelos usuários. Destacou como avanço, a implantação da cobrança nas bacias afluentes ao rio Doce; com processo de negociação com os comitês de bacia de forma integrada. Com isto, a perspectiva de arrecadação com a cobrança no Estado em 2012 é de R\$28 milhões.

→ **Rosa Formiga - Diretora de Gestão das Águas e do Território/INEA**

ANEXO DIGITAL 4 _ ROSA FORMIGA

Disse que a criação do INEA possibilitou um franco processo de integração da gestão das águas com outras agendas relativas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Informou que há nove comitês de bacias hidrográficas e um Conselho Estadual de Recursos Hídricos bastante atuante.

A cobrança foi instituída por Lei em 2004 em todas as bacias do Estado do Rio de Janeiro, causando bastante polêmica, mas, que com o passar do tempo, foi superada. A Lei estipulou os mecanismos e valores de cobrança, mas permitiu que os comitês os revisassem atendendo suas peculiaridades. Hoje, há reconhecimento de que esta estratégia agilizou a implementação do sistema de recursos no Rio de Janeiro.

Ressaltou que o sistema estadual de informações - SEIRH está sendo estruturado, e que desde 2006, houve adesão ao CNARH e DIGICOB, integrando-se ao sistema de informações desenvolvido pela ANA, proporcionando avanço importante em relação à organização das informações.

Pontuou que a partir de 2010/2011 houve aumento considerável do número de usuários cadastrados em decorrência do acidente ambiental ocorrido na região serrana fluminense. Também a partir de 2010, houve um aumento significativo do valor arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado, pois a CEDAE passou a efetuar os pagamentos.

Em 2011, arrecadação estimada para o Estado do Rio de Janeiro é de R\$ 33,62 milhões. Os recursos são depositados no FUNDRHI e até 10% podem ser utilizados no custeio do sistema. A maioria dos usuários pagantes está concentrada na Baía de Guanabara e na bacia do rio Guandu. A bacia do rio Guandu é a que mais arrecada, e 15% do valor arrecadado no Guandu são destinados ao CEIVAP como pagamento pela transposição.

O grande usuário pagador no Rio de Janeiro é o setor de saneamento, visto que a metodologia de cobrança, em especial do lançamento, impacta mais o setor de saneamento e alivia o setor industrial (pois em relação ao lançamento cobra-se apenas a carga orgânica de DBO, o que não reflete a característica industrial do Estado). Com isto, defendeu a cobrança pelo lançamento de outros parâmetros.

Dentre as metas para 2012 encontram-se aperfeiçoar o SEIRH, ampliar o número de usuários cadastrados (regularização), aperfeiçoar a metodologia de cobrança e aumentar os valores cobrados.

Por fim, destacou a necessidade de se encontrar alternativas para conseguir investir os recursos arrecadados de forma mais ágil.

→ **José Marcílio – Diretoria de Outorga/DAEE-SP**

ANEXO DIGITAL 5_JOSÉ MARCÍLIO

Inicialmente, discorreu sobre as diferentes responsabilidades e atribuições dos entes envolvidos no processo de implantação da cobrança no sistema paulista de recursos hídricos, em especial, dos comitês de bacia, do conselho estadual, da Coordenadoria de Recursos Hídricos, da CETESB, do DAEE e da agência de bacia. Mostrou as 22 unidades de gerenciamento do Estado (UGRHs) e os diferentes estágios de implantação da cobrança que se encontram cada uma delas.

Constatou que está havendo uma evolução no processo de implantação da cobrança no Estado de São Paulo. Dos 22 comitês de bacia no Estado, três já iniciaram a cobrança: Paraíba do Sul (desde 2007); PCJ (desde 2007) e Sorocaba/Médio Tietê (desde 2010). Outros cinco já contam com Decreto Estadual aprovando os mecanismos e valores de cobrança (no Estado de São Paulo, além do conselho estadual, a cobrança é aprovada pelo Governador) e o início da cobrança está previsto para 2012: Alto Tietê, Baixada Santista, Tietê Jacaré, Tietê Batalha e Baixo Tietê. Além destes, seis comitês já possuem mecanismos e valores aprovados pelo conselho estadual e encaminhados para edição de Decreto Estadual, e outros dois encaminharam deliberações para apreciação do conselho estadual.

→ **Cláudia Fonseca/DAEE-SP**

ANEXO DIGITAL 6_CLÁUDIA FONSECA

Apresentou informações sobre implantação, operacionalização, número de usuários pagantes e arrecadação com a cobrança na bacia do rio Sorocaba e Médio Tietê (SMT).

Informou que a cobrança na bacia foi iniciada em agosto de 2010, e que o DAEE, por meio de sistema por ele elaborado, operacionaliza a cobrança. Em 2011, foram 715 usuários cobrados num valor total de aproximadamente R\$ 7 milhões com adimplência superior a 94%. Para 2012, estima-se cobrar aproximadamente R\$ 9 milhões, pois se encerrará o desconto concedido na fase inicial da cobrança.

Por fim, expôs as seguintes perspectivas para a cobrança na bacia: i) manter a adimplência; ii) a partir do segundo semestre de 2012, utilizar o sistema de cobrança desenvolvido pela PRODESP; iii) transferir a operacionalização da cobrança para a Fundação Agência de Bacia do rio Sorocaba e Médio Tietê; e iv) alterar o Decreto nº 55.008/09, que aprovou a implantação da cobrança SMT, para considerar os volumes medidos pelos usuários.

→ **Nazareno Mostarda Neto/DAEE-SP**

ANEXO DIGITAL 7_MOSTARDA

Informou que o comitê da bacia do rio Paraíba do Sul, porção paulista, vem cobrando pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na bacia desde 2007, após um processo intenso de discussão.

Em 2011, foram 392 usuários cobrados num valor total de aproximadamente R\$ 3,5 milhões. Desde 2007, já foram cobrados cerca de R\$ 14 milhões. A estimativa para 2012 é de uma cobrança de R\$ 4 milhões, estando envolvidos neste processo cerca de 450 usuários pagadores.

Mostrou que a aplicação (desembolso) dos recursos arrecadados é muito baixa e opinou que há a necessidade de se discutir o aperfeiçoamento da aplicação (desembolso) dos recursos arrecadados. Ainda não existe uma forma de investimento efetivo dos recursos arrecadados.

✂ DEBATE

? **Pergunta1: Qual o entendimento da diferença entre recurso público e recurso governamental ao se tratar dos recursos advindos da cobrança?**

Resposta1: Precisa-se divulgar a visão de que os recursos da cobrança são recursos de natureza descentralizada em termos de gestão, portanto distintos de recursos de natureza pública. Essa diferenciação é necessária para que possamos de fato utilizar nas agências de água procedimentos e controles específicos para maior agilidade da aplicação desses recursos.

Resposta2: Esse recurso passa a ser público no momento que é arrecadado pela União e entra no orçamento geral da União. Neste sentido ele é público, mas diferente dos outros recursos, ele não é governamental, pois quem define onde e quando será aplicado é o comitê de bacia.

Resposta3: O recurso é visto hoje como público, mas não governamental. O ideal seria que o recurso fosse visto inclusive como não público, além de não governamental, mas sim um recurso da bacia.

? **Pergunta2: Não ficou claro o que ocorre em relação à redução de valores outorgados e os usos efetivos com a implantação da cobrança.**

Resposta: De modo geral, o que ocorre nas bacias, na iminência de iniciar a cobrança, é que um grande percentual de usuários solicita a revisão das vazões outorgadas. A redução que existe é na eminência das cobranças em relação às vazões outorgadas. Entretanto, não tem ocorrido redução dos usos efetivos e das outorgas depois que a cobrança começa.

Comentário1: Com relação ao termo “desembolso”, foi colocado dentro do comentário de aplicação de recursos a necessidade de agilização de desembolso, talvez fosse melhor dizer “garantia de desembolso e agilização na aplicação”. Tem-se a idéia de que desembolso já quer dizer eficácia em aplicação é sabido que agilizar desembolso não garante eficácia na aplicação.

Comentário2 (com relação à fala da Rosa Formiga: “a metodologia de arrecadação impacta no setor de saneamento e alivia o setor industrial”): No Rio de Janeiro, o setor de saneamento não repassa para o usuário o valor pago? Se repassa, quer dizer que a indústria é quem paga mais. A indústria aparece pagando menos e o setor de saneamento pagando mais, mas se o setor de saneamento repassa quem paga mais é a indústria.

Resposta: Realmente, no Rio de Janeiro o recurso da cobrança é repassado pelo setor de saneamento, mas é repassado com limites, não pode onerar mais que 2% a tarifa do consumidor final e não pode incidir sobre a tarifa social. Essa foi a maneira encontrada para trazer a CEDAE para o sistema de cobrança. Mas esse é o ideal? Não. É assim que é na França, é assim que é em outros lugares, mas não é o ideal.

Existe também outra coisa que é a sinalização do que é importante na cobrança, e, ao usar DBO como parâmetro, se está, absolutamente, penalizando o setor de saneamento. Existe uma série

de outros parâmetros que deveriam ser cobrados, como uma sinalização de que lançamento de água não é somente carga orgânica, embora seja este o principal problema e desafio do momento da gestão das águas.

Não sabemos o impacto dessas contas no setor industrial, porque o setor industrial não abre essas contas, trata como questão de sigilo. Mas o impacto não é tão importante. Se a cobrança impactasse negativamente a atividade industrial, saberíamos.

No INEA, defendemos uma ampliação dos parâmetros poluidores para melhor caracterizar uma cobrança para o setor industrial, como também argumentamos que as perdas físicas não sejam repassadas para o consumidor final do setor saneamento, sinalizando que é um absurdo ter uma perda física tão alta como a que CEDAE tem.

A cobrança precisa ser aperfeiçoada de várias formas, inclusive com a possibilidade do setor privado industrial ser um beneficiário dos recursos arrecadados, ele deve poder receber recursos, mas tem que se apontar novos parâmetros de qualidade e fazer com que o setor saneamento pague do próprio bolso as perdas físicas de água.

- ? **Pergunta3: Pergunta mais voltada para o Rio de Janeiro e para São Paulo: Como esses dois Estados aplicam o recurso a partir do Fundo? O recurso cai no Fundo e é executado a partir dele, mas não ficou bem claro qual é a taxa de aplicação desse recurso, quantos por cento foi desembolsado, nem tão pouco quanto existe hoje no Fundo. Essa informação seria importante para comparar a execução feita a partir dos Fundos e a execução feita a partir das entidades delegatárias, que é o modelo adotado pela ANA e por Minas Gerais.**

Resposta: As entidades delegatárias foram a solução possível para dar um passo adiante, mas no estado do Rio de Janeiro está ficando cada vez mais claro que elas estão num limbo institucional: elas não têm a flexibilidade do setor privado e têm todas as amarras do setor público, sem ter algumas prerrogativas do setor público que facilitariam sua vida. Então, uma saída seria transformar a cobrança em algo que não estivesse sujeito a essas amarras do setor público, que é a tentativa de transformar a cobrança em recurso condominial.

- ? **Pergunta4: Os comitês do estado de São Paulo já passaram por algumas etapas, chegando àquela fase do decreto já editado pelo governador. O que faz com que a partir do decreto demore tanto tempo para que ocorra o início da cobrança?**

Resposta: Os comitês de bacia precisam cumprir uma série de exigências, por exemplo, o trabalho de divulgação (que eles não têm recursos para executar), o que tem como consequência o tempo entre o decreto e o início da cobrança. A necessidade de informações complementares demanda a reorganização do cadastro e também leva ao atraso do início da cobrança. Ou seja, o principal motivo é o fato de o comitê de bacia não conseguir cumprir com brevidade as exigências para o início da cobrança. Uma das exigências é que o comitê disponibilize um simulador para que os usuários tenham uma idéia de quanto eles irão pagar pelo uso da água.

? **Pergunta5: No Rio de Janeiro, onde tiver sistema de abastecimento público, seja de água ou de esgoto, o empreendimento é obrigado a se conectar a ele e não pode ter uma fonte alternativa. Não é a mesma regra em São Paulo?**

Resposta: Não. Em São Paulo é diferente do Rio de Janeiro. Cobramos sistemas alternativos, urbanos privados, não necessariamente ligados a sistema público de abastecimento.

? **Pergunta6: No Rio Grande do Sul não se tem o cadastro pronto e está em constante correção. Pode-se fazer cobrança nesse estágio em que o cadastro não está pronto?**

Resposta1: Pode sim. O percentual de usuários da bacia que respondem por mais de 80% da arrecadação é bem pequeno. Se tiver o cadastro desses, sua arrecadação será eficiente.

Resposta2: Pode. Mas gera questionamentos cobrar os usuários mais significativos, porque essa prática deixa de lado o segundo objetivo da cobrança que é conscientizar o usuário sobre a importância de conservação da água. Sendo assim, é importante buscar completar o cadastro.

Resposta3: O cadastro nunca estará completo, por isso não há problemas em arrecadar com cadastro incompleto.

Resposta4: É recomendado que o cadastro esteja o mais completo possível até por uma questão de tratamento isonômico dos usuários.

? **Pergunta7: O recurso da cobrança é para ações de recuperação das bacias. Esse recurso poderia ser destinado a obras de saneamento?**

Resposta1: O financiamento de obras de saneamento com recursos da cobrança é algo que tem acontecido. Entretanto, este não é o ideal, o melhor seria aplicar esses recursos em projetos porque possibilitam alavancar outros recursos para a recuperação da bacia.

Resposta2: Em São Paulo, aplicam-se os recursos arrecadados em saneamento e acredita-se que seja uma forma importante de aplicação dos recursos.

Resposta3: É recomendável que se invista os recursos de cobrança na área de saneamento.

Comentário: O CEIVAP aplica recursos em estações de tratamento. O grande foco é pequenos municípios, porque eles possuem dívidas ou não têm capacidade de endividamento e não conseguem acessar os recursos do governo.

? **Pergunta8: Diz-se que é preciso aumentar o valor da cobrança para chegar a um valor real. Qual o valor real da cobrança hoje? Cuidado: dinheiro em caixa não resolve. O sistema não é para arrecadar, mas para resolver os problemas dos recursos hídricos.**

Resposta: Existem teorias econômicas para definir o valor econômico da água. Mas não é possível definir um único valor real da água. Por isso, a lei diz que se deve buscar estimar o valor real da água. Em alguns trechos, onde existe maior conflito pelo uso da água, existe obviamente uma maior disposição a pagar pelo uso da água.

Comentário: Teoricamente, pode-se imaginar que se poderá zerar a cobrança quando a água for de qualidade satisfatória.

→ APRESENTAÇÕES: “PERCEPÇÃO DOS PAPÉIS DO COMITÊ; DA AGÊNCIA DE ÁGUA E DO ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS”

→ Osman Fernandes/ANA

ANEXO DIGITAL 8_ OSMAN FERNANDES

Apresentou as atribuições e características das entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, apontando que não existe uma hierarquia entre eles, mas sim, uma distribuição de papéis. Abordou o conceito de comitê de integração e o seu diferente escopo de atividades frente aos comitês de bacias afluentes.

Apontou os limites na relação entre os comitês de bacia e suas agências, destacando a necessidade de cada um cumprir seu papel, limitando-se as suas atribuições definidas em lei, ou seja, um não deve exercer/invadir a atribuição do outro.

→ Hendrik Mansur/AGEVAP

Historiou que com a implantação da AGEVAP, pensou-se que haveria um enfraquecimento do CEIVAP, em função da confusão de papéis destes atores. No entanto, hoje, percebe-se que o papel da agência é técnico-executivo, enquanto o comitê é uma instância político-deliberativa.

Um planejamento estratégico realizado em 2008 ajudou a definir qual o papel do comitê e qual o papel da agência. Alguns resultados: i) antes para ser associado da agência tinha que ser membro do comitê. Isso acabou. ii) regimento interno da agência foi mudado e proibiu que no conselho de administração da agência participe membro do comitê (porque as pessoas ora pensavam como membro de agência ora como membro do comitê). Acrescentou que o CEIVAP passou a trabalhar com uma única câmara técnica, e quando necessário, criam-se grupos de trabalho, o que tem facilitado o fluxo de comunicação.

Informou que de 2004 a 2010 foi repassado para a AGEVAP cerca de R\$ 67 milhões, e apontou que é um mito achar que as agências estão com o caixa cheio, informando que todos os recursos arrecadados com a cobrança estão comprometidos, tendo-se que trabalhar a velocidade de seu efetivo desembolso.

Como solução, apontou que há duas formas de lidar com o problema: ou torna o recurso da cobrança como privado, ou forma os tomadores para ter capacidade de acessar esses recursos, pois diagnosticou que ampla maioria dos tomadores dos recursos da cobrança são prefeituras, sendo a maioria pequenos municípios, os quais têm dificuldade em elaborar, licitar e executar projetos.

✂ DEBATE

? Pergunta1: Qual a contribuição que a ANA deveria dar para o empoderamento do CNRH para contribuir que ele desempenhe com melhor qualidade suas atribuições?

Resposta: A ANA fez um diagnóstico do desempenho do CNRH e, a partir disso, fez um documento com uma série de proposições. O documento enfatiza que, como o CNRH tem muitas câmaras técnicas, estas câmaras é que pautam o CNRH e não o contrário. O mesmo acontece em vários comitês. Em função disso, gera uma quantidade enorme de reuniões e a capacidade de tomada de decisão fica prejudicada.

? **Pergunta2:** Pela proposta desta Oficina, é relevante e importante a apresentação detalhada de 2 slides (da apresentação do Sr. Osman) que tratam das agências, além da discussão relativa à diferença entre Secretaria e Secretaria Executiva.

Resposta: A agência atua visando o alcance de resultados/relação contratual. O comitê tem que se acostumar a dialogar com a agência através de diretrizes e metas em relação ao que ele, comitê, deseja. Porque, se o comitê continuar fazendo o que costuma fazer, ou seja discutir hierarquização de obras em função de interesse político, vai eliminar a função da agência que é técnica-executiva. O comitê não pode ficar decidindo no varejo, porque se decide no varejo ele se arrisca a fazer tráfico de influências para indicar obras, por exemplo. E isso não pode acontecer. Isso é balcão.

O comitê diz o que quer fazer e a diretoria da agência diz como fazer. Quem deve formular um edital para a contratação de um objeto é a agência, não é o comitê. O edital é um instrumento técnico para contratações.

A diretoria da agência pode e deve ser trocada em razão dos resultados alcançados. Isso é uma premissa e passará, inclusive, a constar nos novos contratos de gestão que a ANA assinar com as agências. O comitê deve acompanhar e avaliar os resultados e a lisura dos processos envolvidos exercendo o controle social. Por outro lado, não se deseja as amarras excessivas dos controles do TCU e CGU.

Comentário1: Secretaria Executiva em comitê não existe, o que existe é Secretaria, o braço executivo do comitê é a agência.

Comentário2: Encaminhamento de pauta, agendamento de local e apoio ao funcionamento de câmaras técnicas são funções da Secretaria Executiva. Mas o objetivo maior deve ser implementar as ações de recuperação da bacia.

Comentário3: Existe essa confusão do que é o Secretário e o que é Secretaria Executiva. Na AGEVAP estamos mudando isso, alterando o regimento interno do comitê.

Comentário4: A agência é um elemento novo no sistema, e o comitê teve que ser executivo para poder funcionar. Então, é natural que ao surgir a figura da agência cria-se uma tensão e é natural que cada um leve um tempo para acertar seus papéis, suas responsabilidades. É preciso criar nova cultura de que Secretário do comitê não é Secretaria Executiva.

Comentário5: A história na bacia do rio das Velhas teve 10 anos sem agência, fazendo tudo sem apoio. E hoje, estamos vivendo um momento novo, a Lei não trata de qual a competência de secretário de comitê e secretaria executiva de comitê. Os comitês estão construindo com as agências. Onde estão escritas as regras? Não existem. O que foi apresentado é uma interpretação. A ANA não deveria falar dessa forma sobre “balcão” de negócios, porque corre o risco de destruir processos. É preciso respeitar as histórias e os processos que estão sendo construídos.

? **Pergunta3: O comitê elabora o plano de bacia. Indica as ações e obras que deseja a fim de alcançar as metas. Quem escolhe quais obras ou ações a serem priorizadas: o comitê ou agência?**

Resposta: O comitê não escolhe a obra. Ele cria critérios para seleção de projetos e em função desses critérios os projetos são hierarquizados. Outro sistema são demandas induzidas. O comitê determina que é necessário um tipo de estudo. Faz-se um termo de referência, com critérios de pontuação, lançado por edital e então é feita a contratação. O comitê não tem autonomia para escolher o objeto e o tomador. Pelo menos na AGEVAP é assim.

? **Pergunta4: Gostaria que avaliasse qual a influência das disfunções de governança do sistema comitê-agência na eficiência da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água?**

Resposta1: Esta fase de implementação demanda reflexões. Tem uma série de coisas as serem repensadas. A atual estrutura comitê-agência não irá responder às necessidades. A agência não tem liberdade de entidade privada, nem se encaixa como estrutura pública. A forma construída não está atendendo a realidade, onde os municípios não têm condições de elaborar projetos, termos de referência, e assim, eles não terão condições de acessar os recursos. É preciso rever o sistema. Mudanças terão que ocorrer. Adequar à realidade: do município, da agência e da gestão.

Resposta2: Uma das grandes dificuldades é avaliar a eficiência da aplicação de recursos. Essa é uma primeira grande deficiência. Não se tem metodologias para aferir se as metas foram alcançadas ou não. Não temos metodologias para aferir a efetividade das ações. É difícil saber se a decisão do comitê tem resultados no plano real.

Resposta3: Se cada um cumprir seu papel o sistema será mais eficiente.

Comentário: É necessário lidar com o problema de como fazer chegar os recursos nos municípios, porque eles muitas vezes não têm condições de acessá-lo. Há essa idéia de que o recurso está parado, mas não está parado, ele está reservado ao tomador. Entretanto, o tomador vai até a Caixa Econômica Federal, a Caixa presta esclarecimentos, mas o tomador demora a atuar e acaba esquecendo o que precisa ser feito, e assim atrasa ou ainda não capta os recursos. Outra coisa a pensar é a possibilidade de abrir novos recursos. As necessidades da bacia não serão viabilizadas somente com os recursos da cobrança. A agência tem o papel de gerir bem os recursos de cobrança de acordo com as prioridades estabelecidas pelo comitê.

? **Pergunta5: Quanto as agências tem em aplicação financeira? Por favor, citar valores para cada agência de CBH de rio do domínio do União?**

Resposta: A revista entregue nesta Oficina tem essa informação clara e transparente. A agência precisa de ajuda para resolver esse problema que não é de responsabilidade somente da agência. Do recurso total, parte já está contratado, ou o comitê já deliberou e está comprometido. O que temos sem estar contratado ou comprometido é muito pouco.

→ **APRESENTAÇÕES “CONTRATO DE GESTÃO: EVOLUÇÃO E NOVOS INDICADORES; DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DE PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP”**

→ **Fernanda Laus/ANA**

ANEXO DIGITAL 9_FERNANDA LAUS

Conceituou que o contrato de gestão é a forma de relacionamento e controle entre entidade delegatária (agência), ANA e comitê. Ele discrimina atribuições, direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias. Não é convênio e nem contrato administrativo.

Informou que o contrato de gestão firmado entre a ANA e o Instituto BioAtlântica, na bacia do rio Doce, trouxe inovações, dentre elas: i) Plano de Aplicação Plurianual: contratada deverá propor ao comitê um plano de aplicação plurianual e aplicar os recursos arrecadados com a cobrança em atividades e ações previstas nesse plano; ii) para agilidade na aplicação dos recursos da cobrança: adotar, para compras, obras e serviços prazo de 90 dias, a partir da homologação, para assinatura do contrato, e prazo de 270 dias, a partir da assinatura do contrato, para início das atividades; iii) para aproximar a agência ao usuário pagador: imprimir, enviar e confirmar recebimento dos documentos de cobrança, implementar central de atendimento, e realizar pesquisa de avaliação da cobrança pelos usuários; iv) criou possibilidade de rescisão unilateral do contrato de gestão caso a nota geral for menor a 5, ou de recomendar ao comitê a indicação de outra entidade para exercer a função de agência caso a média das notas for menor que 7 por três anos.

Disse que as inovações inseridas no contrato de gestão com o Instituto BioAtlântica serão negociadas para figurarem nos contratos de gestão em andamento em outras bacias.

→ **Cláudio Pereira/ANA**

ANEXO DIGITAL 10_CLÁUDIO PEREIRA

Conceituou o plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos abordando seus fundamentos, objetivos e diretrizes. Posteriormente, simulou a construção de um plano de aplicação plurianual hipotético baseado num plano de bacia, abordando o seu conteúdo mínimo.

Comparou o fluxo operacional da metodologia atual de aplicação de recursos utilizado pelas agências (com maior incidência de execução pela Lei 8.666 e regra de contrato de repasse) e um possível fluxo com a adoção do plano de aplicação plurianual, priorização de ações de projeto e com contratação de uma empresa gerenciadora de projetos (com maior incidência de execução na Resolução ANA 552), demonstrando o ganho de eficiência do segundo fluxo.

Defendeu que um fluxo racional depende de que cada entidade do sistema tenha clareza sobre seu papel, em especial, comitê, agência e órgão gestor.

Opinou que, mesmo havendo diferentes contratos de gestão entre agência com órgãos gestores, o plano de aplicação plurianual deveria ser uma peça única, ou seja, um único instrumento que apresente como serão aplicados os recursos da bacia, independentemente da dominialidade do curso d'água onde foram arrecadados os recursos, pois é necessário casar recursos estaduais com da União para implementar as ações do plano de bacia.

Por fim, indagou se a Caixa Econômica Federal seria responsável pela morosidade do repasse, opinando que não, porque as burocracias estariam atreladas aos normativos que devem ser seguidos e não à instituição.

✂ DEBATE

Comentário: O contrato de repasse dos recursos da cobrança pela instituição financeira era encarado como uma transferência voluntária, o que é regido por determinadas regras. A Agência PCJ e a Caixa Econômica Federal acordaram regras diferenciadas, inclusive alterando o nome do contrato, para contrato de transferência, para que fosse diferenciado o repasse dos recursos da cobrança dos outros tipos de contrato de repasse de transferências voluntárias. Antes, a instituição financeira incluía uma cláusula suspensiva no contrato caso o tomador não apresentasse todos os documentos. Hoje, instituição financeira somente celebra o contrato quando o tomador apresenta todos os documentos, evitando atrasos. O repasse é feito à medida que se tem a medição da obra.

Atualmente, a agência não tem uma previsão para organizar seu fluxo de caixa, por isso, o plano de aplicação plurianual é importantíssimo.

? **Pergunta:** i) Explicar a doação dentre os recursos para implementação do plano de aplicação plurianual. ii) O que foi apresentado foi para execução por usuários públicos. Há uma forma de execução pelo usuário privado?

Resposta: A doação ainda é provocativa, não se sabe como isso pode acontecer. Espera-se que haja doações, em especial, quando se observar ações com melhorias reais para a bacia. Com a visão do recurso da cobrança como um recurso condominial, espera-se que ocorram iniciativas de doação.

A lei não distingue acesso aos recursos da cobrança entre usuários públicos ou privados, e nem fala que tem que ser somente a fundo perdido. A ANA está trabalhando uma série de normativos para possibilitar o acesso dos usuários privados aos recursos da cobrança, via algum expediente licitatório para que haja igualdade de condições a todos usuários privados interessados. Entretanto, como hoje não há possibilidade de repassar recursos a fundo perdido para usuário privado, seriam estabelecidos juros competitivos aos encontrados no mercado.

Comentário: Inicialmente, o contrato de gestão era visto como instrumento burocrático para o recurso voltar para a bacia. Havia insegurança se o recurso voltaria à bacia. Entretanto, desde 2003, a ANA repassa à bacia todos os recursos arrecadados e então, com esta garantia, pode-se avançar no Plano de Aplicação Plurianual.

→ **APRESENTAÇÕES: “OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA - ARRECADAÇÃO, REPASSE E APLICAÇÃO: NORMATIVOS E PROCEDIMENTOS - ÓRGÃO GESTOR FEDERAL E ÓRGÃOS GESTORES ESTADUAIS”**

→ **Victor Alexandre Bittencourt Sucupira - Superintendente Adjunto de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos/ANA**

ANEXO DIGITAL 11_VICTOR SUCUPIRA

Mostrou as alterações nos procedimentos para compras e contratação de obras e serviços com os recursos da cobrança pelas entidades delegatárias contidas na Resolução 552/2011 (em vigor) comparativamente a Resolução 424/04 (revogada).

Resolução 424/04 (REVOGADA)	Resolução 552/2011 (EM VIGOR)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedido de Cotação: Menor que R\$30.000 ▪ Coleta de Preços: Maior que R\$30.000 ▪ Dispensa ▪ Habilitação (jurídica, técnica, econômico-financeira, regularidade fiscal, e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal). ▪ Não presencial Envio do TDR à empresas do ramo e aberto a quem interessar Mínimo 3 propostas, sendo justificável número menor Rito flexível ▪ Negociação Possível antes da adjudicação ▪ Julgamento proposta Qualidade / Menor preço / outros critérios previstos no Edital. Pode-se optar por outra que não a que melhor se classificou nos critérios. ▪ Garantias aceitas Caução / fiança bancária / outra desde que prevista no Edital. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coleta de Preços sem limite - menor que R\$ 80.000 publicação em jornal local; maior em jornal regional ▪ Concurso de Projetos (financiamento) a ser detalhado em Resolução específica ▪ Adesão à Ata de Registro de Preços ▪ Dispensa e inexigibilidade ▪ Habilitação (jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal). ▪ Permissão para participação de empresas em consórcio ▪ Presencial Similar a um pregão presencial (lances) Pelo menos 1 interessado. Rito pré-estabelecido em todas as etapas ▪ Negociação Não permitida ▪ Julgamento proposta Qualquer critério desde que previsto no Edital. Sempre a que melhor se encaixar no critério do Edital. ▪ Garantias aceitas Caução / seguro-garantia / fiança bancária.

Mencionou que a Resolução 552 foi fruto de trabalho conjunto com as entidades delegatárias e de contribuições recebidas em audiência pública não presencial realizada no *site* da ANA.

Mencionou também que, embora a ANA entenda que o recurso da cobrança seja público, mas não governamental e, portanto, deveria seguir normativos mais flexíveis para acesso do tomador, inclusive tomador privado, a área jurídica entende que os recursos arrecadados devem receber o mesmo tratamento dos outros recursos arrecadados pelo governo, ou seja, seguir as mesmas regras burocráticas. Por isto, a dificuldade de regulamentar a modalidade concurso de projetos prevista na Resolução 552/2011, cuja minuta está em discussão e prevê:

- *São elegíveis para contratação:*
 - ✓ *estudos, programas, projetos e obras, definidos no inciso I do art. 22 da lei 9433;*
 - ✓ *estudos, programas, projetos e obras contratados devem estar obrigatoriamente incluídos no plano da bacia e previstos no respectivo Plano de Aplicação Plurianual;*
- *Modalidades:*
 - ✓ *fundo perdido para instituições públicas e para ONGs sem fins lucrativos (obs: lei não faz distinção entre público e privado);*
 - ✓ *financiamento reembolsável onerosos ou não onerosos (o edital definirá a taxa de juros bem como os prazos de amortização e de carência, quando couber);*
- *Tipos de tomadores:*
 - ✓ *órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados e Municípios;*

- ✓ *usuários de recursos hídricos, pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, individual ou reunidos em consórcio;*
- ✓ *organizações não governamentais sem fins lucrativos;*
- ✓ *organizações civis de recursos hídricos, previstas no art. 47 da Lei 9433/97;*
- *Art x: havendo contratos envolvendo financiamentos reembolsáveis, onerosos ou não, tanto as parcelas pagas quanto os juros decorrentes destes financiamentos ou encargos decorrentes de atrasos de suas parcelas, se reverterão à agência de água, à título de cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício seguinte.*

Por fim, disse que não está descartada a possibilidade de se minutar uma lei específica regulamentando a aplicação dos recursos da cobrança e superando os entendimentos jurídicos predominantes. Disse também que a ANA deseja organizar um seminário específico para discutir os meios para agilizar a aplicação dos recursos da cobrança frente as normas atuais.

→ **Rosa Formiga - Diretora de Gestão das Águas e do Território/INEA**

ANEXO DIGITAL 12_ ROSA FORMIGA

Primeiramente, apresentou as regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro e as respectivas entidades delegatárias de funções de agência, e, em seguida, as formas de operacionalização dos recursos do FUNDRHI: i) via INEA: a) ações estruturais (contrato de serviços - licitação) ou b) qualquer ação a ser executada pelo poder público (convênio ou descentralização); e ii) via delegatária: ações estruturantes (estudos, planos, etc.). Disse que o INEA faz o papel que seria exercido por uma instituição financeira, pois, ao ser o próprio tomador de recursos, os procedimentos via INEA são mais ágeis, mas, porém, vive um embate constante com a procuradoria ao tentar agilizar estes procedimentos.

Após mostrar a aplicação dos recursos e o saldo do FUNDRHI, apresentou as seguintes propostas para reflexão:

- **Utilizar melhor os recursos da cobrança (CBHs)**
 - ✓ *Metas claras e de médio prazo para a decisão dos comitês, de acordo com o plano de bacia e o enquadramento dos corpos d'água em classes de uso;*
 - ✓ *Priorizar projetos para alavancar recursos de outras fontes, diante do baixa disponibilidade de recursos da cobrança;*
 - ✓ *Manual de procedimentos para utilização dos recursos (todos os comitês estaduais ERJ praticam demanda espontânea => aprovam hoje somente esboços de ações).*
- **Fortalecer as agências delegatárias - repensar o sistema hoje em vigor**
 - ✓ *Tornar a 'cobrança preço público' em 'cobrança condominial'; OU*
 - ✓ *'Cranear' um sistema que dê flexibilidade na utilização dos recursos (p.e. para o setor privado) e permita as agências de sair da burocracia do poder público.*
- **Fortalecer as agências delegatárias - sugestões para o atual quadro legal**
 - ✓ *Transformar as delegatárias em uma agência que elabora projetos ou TdR para projetos ("exímia fábrica de projetos");*
 - ✓ *Criar capacidade de apoio técnico aos tomadores de menor porte (municípios e outros);*
 - ✓ *Criar prazos limites para utilização efetiva dos recursos da cobrança;*
 - ✓ *Trabalhar com 'fluxo de caixa' (projetos plurianuais); OU*
 - ✓ *Aprovar mais projetos que a disponibilidade de recursos (para substituição de ações problemáticas).*

Por fim, disse existir vontade política de direcionar os recursos da cobrança para projetos e que o principal gargalo ainda é dar destino aos recursos e executá-los.

→ **Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira/IGAM**

ANEXO DIGITAL 13_DÉBORA OLIVEIRA

Apresentou o fluxo para repasse de recursos da cobrança em Minas Gerais e o considerou um dos grandes problemas a ser enfrentado, pois o trâmite junto aos órgãos do Estado é burocrático e compromete a agilidade do repasse dos recursos para as agências de bacia. Os problemas vão deste a arrecadação até a solicitação dos créditos orçamentários.

Em seguida, apresentou os encaminhamentos do “I Seminário do IGAM com as Agências de Bacia”, realizado em 04/11/2011, quais sejam:

- *Levar os problemas da cobrança às instâncias superiores;*
- *Resolver os gargalos do repasse;*
- *Flexibilizar a Resolução SEMAD/IGAM 1044;*
- *Regulamentar o Contrato de Gestão;*
- *Realizar anualmente Seminário/Oficina.*

Encerrou apontando o seguinte desafio: “o plano de aplicação plurianual será único, mas a gestão do recurso não!”

→ **Sérgio Razera - Diretor Administrativo Financeiro/Agência PCJ**

ANEXO DIGITAL 14_SÉRGIO RAZERA

Em São Paulo, existe o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, que é considerado um recurso extra-orçamentário. Existe um manual de operação que estabelece toda uma regra de quem pode e como pode aplicar o recurso. O Fundo hoje permite que o setor privado capte o recurso de forma onerosa.

Nas bacias hidrográficas onde não tem agência, quem faz emissão de boletos e acompanha arrecadação é o DAEE. A primeira experiência de transferência dessas funções está acontecendo na bacia do PCJ, com a instalação da Fundação Agência de Bacias PCJ.

Outra característica do FEHIDRO é que ele não repassa 100% do recurso para a agência, passa apenas o recurso de custeio. O recurso de investimento é operacionalizado pelo próprio FEHIDRO, seguindo-se o seu manual, depois de deliberação do comitê. O manual segue bem próximo da Lei 8.666, com alguns aspectos diferenciados. Está em discussão a possibilidade de um manual específico para as agências de forma mais flexibilizada.

⌘ **DEBATE**

? **Pergunta1: Sobre os trâmites internos da ANA para que o recurso da cobrança seja considerado público, mas não governamental, eu imagino dois caminhos: um é o comitê contratar uma consultoria jurídica para elaborar um parecer sobre isso, ou a CNI. Isso ajudaria ou não?**

Resposta: Ajuda. São contribuições de entes do SINGREH que ajuda nas discussões. Se houver manifestações de usuários e desta Oficina certamente ajudam.

? **Pergunta2: Como funciona o processo de contratação no FHIDRO/MG e no FEHIDRO/SP, com relação ao recurso da cobrança?**

Resposta1: Em Minas Gerais, a cobrança não vai para o FHIDRO, apenas a compensação financeira. Os projetos no FHIDRO têm um edital. Os comitês hierarquizam e dão uma nota para os projetos do FHIDRO. Cada comitê tem 800 mil para ser aprovado. Mas não é dinheiro da cobrança, é só compensação financeira.

Resposta2: Em São Paulo, o FEHIDRO tem três componentes: os royalties, a compensação financeira e a cobrança. No caso dos royalties e da compensação, tem todo um critério técnico de como esse recurso é destinado aos comitês. A cobrança é separada por sub-contas. A Secretaria Executiva do comitê encaminha as ações a serem realizadas para o FEHIDRO e lá é feito o endereçamento para os agentes técnicos e o agente financeiro, que é o Banco do Brasil. O agente técnico contrata a operação. Então os repasses são feitos do FEHIDRO para o tomador. Estão negociando para que a agência aprove os desembolsos.

? **Pergunta3: DAEE e CETESB sempre desempenharam o papel de Secretaria Executiva dos comitês. Como foi a transição para a Fundação Agências PCJ?**

Resposta: Foi construído de forma conjunta entre o DAEE e a agência, envolvendo os funcionários das suas instituições.

? **Pergunta4: Cada estado tem um procedimento. Se não conseguimos superar isso, estamos com um problema grave. É hora de pensar se vamos voltar ano que vem e contar a mesma história. Que o recurso vai para fundos ou não e ocorre um fluxo de desembolso com um conjunto de travas. Precisamos uniformizar esses fluxos. Peço que façam análise crítica dos procedimentos que estão sendo adotados.**

Resposta1: É uma discussão que tem ser feita. A lei paulista estabeleceu a figura jurídica das agências. Estava previsto que os recursos cobrados seriam receitas das agências, entretanto, o governador vetou porque já existia um Fundo Estadual. O recurso cobrado deve estar em contas das agências no menor tempo possível. Os comitês devem debater essa questão.

Resposta2: O gargalo está na burocracia para utilização do recurso da cobrança. O gargalo não é onde os recursos são depositados, não é a questão. No Rio de Janeiro, acredita-se que a forma mais rápida é o INEA executar as ações estruturais e a delegatária executar as ações estruturantes.

Resposta3: Com relação ao IGAM, esse problema é sério. O fluxo de repasse não está bom e há uma série de problemas na legislação. A SEMAD será uma parceira na revisão do fluxo de processo.

Resposta4: A solução para esse problema de diferentes fluxos precisa partir da União, porque partir dos Estados é muito difícil, mas se partir da União, será como um efeito cascata.

Comentário: Cada estado sabe o tamanho do problema que administra. Quando se coloca a necessidade de uma convergência das normas, não se quer normas iguais, um padrão, mas que se tenham normas que agilizem o processo. Passou da hora da Oficina de Cobrança chegar à mesma conclusão. Passou da hora de discutir, num Seminário específico, focadamente sobre

isso e propor a criação de uma lei específica determinando que o recurso não seja governamental. Deve-se trabalhar para destravar o sistema.

? **Pergunta5: No Rio de Janeiro, quando o comitê aprova um projeto, essa aprovação tem que passar pelo Conselho Estadual. Como é em São Paulo?**

Resposta1: No Rio de Janeiro, o Conselho Estadual está afogado em deliberações a varejo de decisões de aplicação do recurso da cobrança. O Conselho deveria se debruçar sobre questões estratégicas, não faz sentido o Conselho despender tempo com algo que já foi objeto de deliberação de um colegiado, no caso o comitê.

Resposta2: Em São Paulo, não passa pelo Conselho.

Resposta3: Em Minas Gerais, o Conselho não tem que aprovar, é deliberação do comitê.

→ **APRESENTAÇÕES: APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA: DESEMBOLSO EFETIVO, PRINCIPAIS DESAFIOS E PROPOSIÇÕES**

→ **Adriana A. R. V. Isenburg - Diretora Técnica/Agência PCJ**
Anexo Digital 15_Adriana Isenburg

Primeiramente, contextualizou a bacia dos rios PCJ, de território relativamente pequeno situada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Com isto, as tratativas de cobrança seguem exigências da União e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Informou que a bacia trabalha com recursos do FEHIDRO desde 2004, da cobrança nos rios de domínio da União desde 2006, da cobrança nos rios de domínio paulista desde 2007 e da cobrança nos rios de domínio mineiro desde 2010. Apresentou os valores cobrados e os dados sobre a arrecadação e aplicação dos recursos da cobrança paulista, mineira e da União, além da situação dos empreendimentos, investimentos, desembolsos e contratos.

Manifestou discordância de que os recursos estão parados, apontando que eles estão disponibilizados e comprometidos. Há que rever as barreiras burocráticas da aplicação.

Apontou também que a Caixa Econômica Federal faz a contratação rapidamente, entretanto o tomador de recursos demora quanto ao cumprimento das suas obrigações, dentre elas apresentação dos documentos exigidos.

Por fim, apresentou propostas para aprimoramento da aplicação dos recursos, quais sejam:

- ✓ *Negociar as exigências do Agente Técnico - CEF (reuniões: tomador, CEF, Agência PCJ);*
- ✓ *Consultoria para preparação e tramitação de documentos entre a CEF e os tomadores;*
- ✓ *Submeter ao comitê proposta de diminuição dos prazos das etapas do processo;*
- ✓ *Alinhamento dos Investimentos com a proposta do Plano de Bacias 2010 - 2020;*
- ✓ *Orçamento plurianual;*
- ✓ *Cursos de Capacitação para captação de recursos e prestação de contas;*
- ✓ *Submeter ao comitê proposta de regra para o processo de seleção visando estabelecer uma quantidade máxima de empreendimentos em execução pelo mesmo tomador.*

Com relação à proposta de diminuição de prazos para aplicação dos recursos, a idéia é fazer com que o tomador cumpra os prazos e que haja penalidades caso isso não ocorra.

→ **Célia Fróes - Diretora Executiva/AGB Peixe Vivo**

ANEXO DIGITAL 16_CÉLIA FRÓES

Contextualizou e caracterizou a AGB Peixe Vivo informando em quais comitês atua e lembrando que ela foi gestada inicialmente para ser agência de água do comitê do rio das Velhas, tendo recebido apoio do governo de Minas Gerais enquanto não se tinha recursos com a arrecadação da cobrança. Entretanto, durante o seu processo de estruturação, outros comitês foram associando-se à AGB.

Mencionou que na bacia do rio São Francisco, além da cobrança nos rios de domínio da União, há cobrança também na bacia do rio das Velhas, ambas iniciadas em 2010.

Disse que a agência tem problemas sérios de insegurança financeira, por não ter certeza do repasse do Estado de Minas Gerais, o que gera insegurança para celebrar contratos. Opinou que é necessário um melhor entendimento sobre o que é um contrato de gestão, visto que o Estado de Minas Gerais ainda trata a agência como se a relação fosse com base num convênio.

Como principais dificuldades/desafios apontou:

- *Melhoria de entendimento por parte dos órgãos de controle sobre Contrato de Gestão (prestação de contas);*
- *Processos de aquisição de bens e serviços e contratações pouco ágeis;*
- *Dificuldades contratação profissionais/serviços especializados;*
- *Morosidade dos CBHs para definição e escolha dos projetos a executar;*
- *Gasto com qualidade e responsabilidade.*

E como proposições listou:

- *Captação de recursos financeiros de outras fontes;*
- *Criação de normas específicas para melhoria da atuação das agências;*
- *Formação de banco de projetos;*
- *Contratação serviços de acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos;*
- *Programas de capacitação para os membros de CBHs.*

→ **Edson Fujita – Diretor/AGEVAP**

ANEXO DIGITAL 17_EDSON FUJITA

Primeiramente, caracterizou a bacia do rio Paraíba do Sul e apresentou a AGEVAP, mostrando as áreas da bacia onde atua, sua missão, sua visão de futuro, seu histórico e sua estrutura organizacional.

Informou que, em termos de recursos, a AGEVAP é a menor agência dentre as agências federais existentes. Disse que a agência prima por exercer um papel estritamente técnico, não se envolvendo em questões políticas dos comitês, embora preste orientação quanto à viabilidade técnica de decisões políticas.

Visando agilizar a aplicação dos recursos, informou que nenhum projeto tem contrato assinado sem a apresentação de toda a documentação. Entretanto, como alguns tomadores de recursos também são integrantes dos comitês, o tomador solicita postergações de prazos, que, em geral, são acatadas pelo comitê. Deste modo, os comitês em vez de melhorar o processo, decidem questões pontuais.

Finalizou apresentando alguns desafios sobre a aplicação dos recursos da cobrança:

- *Os recursos da cobrança são públicos de transferência obrigatória do governo à bacia hidrográfica onde foram gerados. Como não há regras definidas para esse tipo de transferência, o sistema utiliza as regras de recursos públicos de transferência voluntária e com isso desrespeitando o princípio da Lei 9.433 que é de decisão descentralizada. Isso também impede que o usuário pagador de instituição privada tenha acesso aos recursos que ele pagou. Dessa maneira, o usuário perde interesse em participar do processo decisório quanto à aplicação dos recursos financeiros da cobrança. O CEIVAP criou mecanismo diferenciado para atender a demandas do setor privado no qual foram protocolados três pedidos que ainda não foram contratados;*
- *A fragilidade do tomador (maioria são prefeituras municipais que não conseguem atender exigências de documentação, elaborar projetos, executar propostas, etc.) O foco do problema está na dificuldade dos tomadores em atenderem as exigências legais referente a utilização dos recursos públicos;*
- *Falta de plano de aplicação plurianual;*
- *O atual plano de recursos hídricos do CEIVAP é muito amplo e genérico, possibilitando alternativas para a aplicação dos recursos da cobrança, sem propor prazos e metas, pois é fortemente relacionado ao valor dos investimentos a serem realizados;*
- *A falta de parâmetros de qualidade de projeto para hierarquização dos mesmos gera dificuldades nas etapas seguintes do processo e contribui para a extensão do prazo de execução.*
- *Os prazos para os tomadores aplicarem os recursos é extenso;*
- *Falta de cumprimento dos prazos definidos no cronograma do plano de trabalho.*

→ Vicente Andreu Guillo – Diretor-Presidente/ANA
Ao visitar o evento fez uso da palavra:

“Penso que assim como estamos tratando da questão da cobrança e seus efeitos positivos, faço um convite para que façamos um esforço de discussão de enquadramento de corpos d’água. De modo geral, esse instrumento tem cumprido pouco diante de seu potencial na gestão de recursos hídricos, por seu precário nível de aplicação em nível nacional. Ou então, se acreditarmos que não é efetivo, que não conste mais como um instrumento.

Em relação à cobrança pelo uso da água, duas questões ressaltam. Primeiro quanto aos valores, que hoje são simbólicos. Mesmo assim, temos toda a dificuldade para arrecadação e mais ainda para aplicação dos recursos, que é a segunda questão.

Essas duas questões são relevantes. Os valores são baixos, mas como se justifica um aumento quando na verdade se tem um nível muito baixo de aplicação de recursos. Essa é uma equação difícil. O fato de a execução ser baixa é muito ruim para o Sistema.

Se o comitê tem natureza de condomínio, onde todos participam e todos têm direitos, nossa legislação é desestimulante para o setor privado, porque este participa da contribuição, mas depois não tem acesso ao recurso. Essa é uma preocupação. O usuário da indústria é tratado como “usuário de segunda categoria” no sistema condominial.

Entre todos os setores, é com o setor da indústria que temos que fazer esforço para demonstrar que nosso Sistema é exequível. O setor da indústria é o setor no qual temos mais possibilidades de fazer avançar os instrumentos do sistema de gestão de recursos hídricos. É um parceiro potencial importante para a aplicação da política nacional, ele também se beneficia com a qualidade da água.

Em face dessa preocupação em relação às indústrias, fomos falar com o presidente do TCU sobre caminhos para que o setor privado tenha acesso aos recursos da cobrança. O presidente do TCU, que participou à época da elaboração da Lei hoje vigente, apontou que era essa a intenção quando foi elaborada a lei, mas, que em vista de outros dispositivos legais, isso não é possível. Mas incentivou a busca de alternativas.

Precisamos sinalizar à indústria de que é um setor parceiro que está dentro do condomínio. Nesta perspectiva, uma idéia que surgiu para viabilizar o acesso da Indústria aos recursos da cobrança foi a seguinte: o comitê vai ao agente financeiro e “deposita” o valor dos juros para o setor privado, que irá pagar então o valor nominal pois os encargos já foram pagos com recursos da cobrança. Com isso, a indústria tem acesso ao recurso e recebe nossa sinalização de que é parceiro no condomínio.”

→ **Ronaldo Barbosa/Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (ABHA)**

ANEXO DIGITAL 18_RONALDO

Mostrou a área de atuação da ABHA (agência de bacia) e caracterizou a arrecadação com a cobrança pelo uso da água e o desembolso dos recursos.

Disse que a agência ainda está em processo de estruturação, incentivando o desenvolvimento de projetos, mas muitas dificuldades são enfrentadas, e algumas delas se repetem, dentre elas os entraves referentes as exigências para a aplicação de recursos públicos, que fogem da governabilidade da agência.

Por fim, pontuo os seguintes desafios e proposições:

➤ **Natureza Administrativa**

- *Adequação da estrutura das agências;*
- *Sistematização de procedimentos administrativos;*
- *Agilidade no repasse dos recursos arrecadados;*
- *Dificuldades nos processos licitatórios;*

➤ **Natureza Técnico-Operacional**

- *Falta de capacidade técnica dos tomadores para elaboração de projetos;*
- *Dificuldade na elaboração de Termos de Referência;*
- *Questionamento sobre a viabilidade de execução de projetos pela própria agência;*

➤ **Natureza Institucional**

- *Recurso não acessível ao setor privado;*
- *Riscos na transição da administração municipal;*
- *Ausência de cadastros de projetos;*
- *Divulgação ineficiente de outras fontes de recursos financeiros;*

➤ **Natureza Regulamentar**

- *Flexibilização dos procedimentos para aplicação dos recursos;*
- *Regulamentação dos Contratos de Gestão;*
- *Caracterização do conceito de despesas de custeio e investimentos;*
- *Redimensionamento do percentual para custeio das agências.*

→ **APRESENTAÇÕES: ACESSO AOS RECURSOS DA COBRANÇA: NORMAS, TRÂMITES, ENTRAVES E PROPOSIÇÕES**

→ **Paulo Roberto S. Tinel/SANASA Campinas**

ANEXO DIGITAL 19_PAULO TINEL

Opinou que o tomador às vezes não tem estrutura, como os pequenos municípios, e, por isso, a necessidade de auxílio da agência de bacia, desenvolvendo-se uma nova cultura de acesso aos recursos da cobrança. Para ele, os comitês precisam policiar o tomador que não aplica efetivamente o recurso e que a Caixa Econômica Federal dá credibilidade ao sistema.

Dentre suas sugestões, listou: i) carimbar o recurso para tratamento diferenciado de OGU; ii) elaboração de um manual de procedimentos para flexibilização e simplificação do processo; iii) universalizar os procedimentos das cobranças: federal e estadual.

Como solicitações à Caixa Econômica Federal, listou: i) agilizar respostas, principalmente quando houver aditivos nos contratos; ii) definir tabelas SINAPI; iii) LDO - exigir somente do ano da entrada do projeto.

Propôs experiência piloto nas Bacias PCJ: i) fazer da GEDUR Piracicaba a porta de entrada dos projetos; ii) propiciar maior interação entre Caixa-tomador-agência; iii) dar tratamento diferenciado aos projetos: OGU, FGTS e cobrança.

Por fim, sugeriu a antecipação de parte das receitas provenientes da cobrança para auxiliar na execução das demandas previstas no plano de bacias.

→ **Percy Soares/Confederação Nacional de Indústrias (CNI):**

ANEXO DIGITAL 20_PERCY SOARES

Primeiramente, elogiou o espaço de diálogo da Oficina, que mostra uma evolução nos processos e nas negociações. Comentou que todos estão de acordo sobre qual é o problema (natureza pública *versus* aplicação dos recursos da cobrança), acrescentando também sua preocupação em relação à qualidade e eficiência do gasto. Disse que o passo seguinte seria resolvê-lo e que a CNI é parceira para avançar nessa discussão e para construir um projeto de lei específico sobre a regulamentação da cobrança.

Informou que a CNI investe numa Rede de Recursos Hídricos e que este assunto está na pauta do segmento industrial. O objetivo é gerar diálogo, fazer a informação circular, harmonizar posições, participar da gestão e mudar a imagem do setor frente à questão. Provocou que se devem buscar outros exemplos mundiais de gestão de águas, além do modelo francês, e que o CNRH tem muito a contribuir e deve ser inserido no processo.

Opinou que se o plano de recursos hídricos for referência para a cobrança, deve-se trabalhá-lo para se ter essa referência, e também padronizar este critério em todas as discussões nos diferentes comitês de bacia, assim como reconhecer os investimentos industriais realizados em prol do plano.

Sobre o aspecto da governança, opinou que o sistema precisa estar preparado para realizar a articulação com os investimentos setoriais e todos precisam trabalhar por esse amadurecimento. Além disto, precisam também pensar como tornar o plano de recursos hídricos uma realidade concreta na bacia.

Colocou como desafios para reflexão: i) mecanismos modernos de alavancagem das ações dos planos de recursos hídricos - ampliar a discussão para além dos aspectos burocráticos e tecnocráticos; e ii)

ações articuladas dos atores do sistema a partir da identificação de desafios comuns; ambos tendo como premissas: i) compartilhamento de responsabilidade; ii) respeito mútuo; e iii) construção de relações de confiança (base da governança).

Por fim, como demandas e propostas pontuou:

- *priorizar a superação aos entraves estruturais e operacionais relacionados à aplicação dos recursos já arrecadados antes de colocar em pauta incremento de receita (arrecadar sem aplicar passa uma mensagem ruim);*
- *pressionar pela modelagem do setor de saneamento - um modelo que permita um sistema autônomo de financiamento do setor;*
- *condições atrativas para o acesso aos recursos da cobrança pelo setor privado; viabilizar a formação de fundos - empréstimos reembolsáveis (alguns casos, juro subsidiado);*
- *maior agilidade e eficiência das agências de água;*
- *aumentar a receita das entidades delegatárias: ampliar o universo de usuários pagantes, qualificar os cadastros e universalizar a cobrança nas bacias. 7,5% dos 0,75% para as delegatárias ajudaria? Maior vinculação da compensação ao sistema é uma opção?*
- *aumentar a capacidade de investimento - sinergia dos gastos públicos e de gestão: planos de bacia vinculando programas de revitalização, ações da política ambiental e de unidades conservação, ações das políticas setoriais;*
- *ver o usuário como parceiro da gestão de recursos hídricos e não, única e exclusivamente, como a fonte pagadora.*

→ **Elton Alberto de Campos/Caixa Econômica Federal**

ANEXO DIGITAL 21_ELTON

Informou que a Caixa Econômica Federal tem as chamadas GIDUR (Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural) que são as unidades que atendem os municípios. Essa é a porta de comunicação para os tomadores de recursos de diversas fontes, incluindo-se os recursos da cobrança das agências de bacia.

Disse que a Caixa, como banco social, tem como papel contribuir na gestão das águas para que se faça o melhor uso dos recursos, que as obras saiam, e os planos sejam implementados da melhor forma possível.

Demonstrou que a atuação da Caixa com o tomador de recursos e a atuação do tomador com o contratado para a execução dos serviços são campos independentes. Ou seja, a Caixa não atua, por exemplo, na verificação e julgamento de legalidade de processos licitatórios e aditivos contratuais, que são funções do tomador.

→ **APRESENTAÇÃO: “PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS PAGADORES QUANTO À COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA – RESULTADO DAS PESQUISAS NAS BACIAS PCJ E PARAÍBA DO SUL”**

→ **Marco Amorim/ANA**

→ ANEXO DIGITAL 22_MARCO AMORIM

Mostrou os resultados da pesquisa de impacto da cobrança na gestão de recursos hídricos realizada junto aos usuários de recursos hídricos das bacias dos rios PCJ e da bacia do rio Paraíba do Sul.

Em geral, os resultados apontam que as informações não estão chegando ao usuário pagador, pois boa parte diz que não conhecem os objetivos, mecanismos e valores de cobrança, assim como os montantes arrecadados, critérios de aplicação e ações implementadas, ficando evidente a demanda por maior informação e divulgação do instrumento da cobrança (de todas as etapas do processo e do papel dos atores).

A pesquisa indicou também que:

- *a cobrança ainda não é fator indutor ao uso racional da água (fatores como consciência ambiental, melhoria no processo e a redução de custos são os mais apontados);*
- *o investimento em saneamento tem destaque na preferência para aplicação dos recursos arrecadados;*
- *reclamações referentes ao excesso de burocracia relativo aos recursos da cobrança aparecem com frequência.*

→ **APRESENTAÇÃO: “CARTA DE PETROLINA: A EXPERIÊNCIA DA BACIA DO SÃO FRANCISCO NA CONSTRUÇÃO DE METAS CONJUNTAS, EM ARTICULAÇÃO COM OS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS: METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DAS METAS E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES.”**

→ **Geraldo José dos Santos - Presidente do Comitê/CBH-SF**

→ ANEXO DIGITAL 24_GERALDO SANTOS

Disse que a Carta de Petrolina foi uma experiência da bacia do rio São Francisco no planejamento e na construção de metas coletivas, fruto de esforço e articulação de vários atores, dentre eles, o governo federal, o governo estadual e a sociedade civil.

Para se estabelecer as metas, primeiramente aprofundou-se no plano da bacia de forma a identificar as ações prioritárias, sendo extraídas três ações (“carros chefe”) que concentrariam os esforços e os recursos da bacia: água para todos, saneamento ambiental, e proteção e conservação de mananciais.

Relembrou que o início da discussão foi motivado pela seguinte pergunta: “o que vamos fazer com R\$ 20 milhões dentro da bacia do São Francisco?”(referindo-se aos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água). Como demonstrou, trata-se de um pequeno volume de recursos frente às demandas da bacia, e assim, necessitam serem bem geridos de forma a alavancarem outras ações e investimentos. Defendeu que os recursos da cobrança sejam aplicados para “destravar” pendências por ventura existentes no acesso aos recursos governamentais de outras fontes.

→ **Fernanda Laus (ANA)**

ANEXO DIGITAL 23_FERNANDA LAUS

Complementou a apresentação sobre a Carta de Petrolina mostrando o banco de dados (georreferenciado) que sistematiza os investimentos governamentais previstos para a bacia do rio São Francisco. O banco de dados está sendo construído pela AGB Peixe Vivo, com apoio da ANA e do comitê. É resultado da Carta de Petrolina e da articulação com instituições públicas que forneceram uma série de informações (investimentos previstos) relacionadas às três ações prioritizadas na Carta de Petrolina: água para todos, saneamento ambiental e proteção e conservação de mananciais. As informações podem ser acessadas no *site* da AGB Peixe Vivo.

✂ PAINEL PRODUZIDO PELA PLENÁRIA

Primeiramente, os participantes foram convidados a formar trios e elencar, a partir da opinião pessoal compartilhada com os demais, dúvidas e/ou recomendações sobre as apresentações. Foram feitos registros em tarjetas (cartelas de visualização móvel), devidamente lidas e agrupadas em plenária, gerando os seguintes itens:

▪ **Recomendações:**

- Plano de Ação Conjunto para 2012. Execução dos encaminhamentos da Oficina;
- Replicar o planejamento sistêmico da AGB Peixe Vivo;
- Compartilhar a experiência com a Caixa Econômica Federal de flexibilização de regras;
- Estudar mecanismos para a integração dos diversos poderes;
- Aperfeiçoar a aplicação de recursos no quadro jurídico em vigor (fábrica de projetos; capacitar-assistir tomador; manual de procedimentos; incluir usuário privado, etc.);
- Oficina específica sobre o assunto, coordenada pela ANA (agilidade de aplicação);
- Lei específica para aplicação dos recursos da cobrança;
- Propor uma lei específica que estabeleça regras próprias para aplicação dos recursos da cobrança, com base na PNRH, a exemplo de outros agentes de política pública, como Petrobras e Anatel;
- Definir a natureza jurídica da cobrança através de Lei Federal;
- Fazer com que a cobrança deixe de ser “preço público”, ou pelo menos, normativo específico e mais flexível para a utilização da cobrança;
- Estudar mecanismos de abatimento nos valores da cobrança para o setor industrial e setor de saneamento, quando eficiência superar a exigência legal;
- Definir ações específicas de saneamento do plano passíveis de serem apoiadas com recurso da cobrança (critérios de hierarquização);
- Assessoramento permanente às Prefeituras na busca de recursos e implantação e operação dos sistemas de saneamento;
- Curso de capacitação de projeto para tomadores de recursos;
- Banco de projetos;
- Criar mecanismo diferenciado para usuários privados combinado com investimento no setor produtivo e associações civis;
- Contrato de gestão, envolvendo repasse, aplicação e prestação de contas único (bacias interestaduais);
- Suspensão temporária da cobrança até o repasse ocorrer;
- Deixar a cargo dos comitês a definição do percentual máximo de custeio das agências (acabar com o limite de 7,5%).

▪ **Dúvidas:**

- Como podemos iniciar a cobrança antes da formalização inicial da agência?
- O modelo atual de entidade delegatária atende a todas as competências previstas para as agências de água na Lei 9.433?
- As avaliações dos projetos aprovados pelas agências para hierarquização são realizadas por corpo técnico próprio ou de outra forma?
- O recurso de cobrança em SP e RJ passa pelos fundos de Recursos Hídricos e em MG pelo IGAM. Quais as vantagens e desvantagens de um modelo ou outro?
- Como viabilizar a aplicação de recursos da cobrança no setor industrial?

- Dado que o recurso da cobrança é público, não seria mais fácil criar mecanismos eficientes para aplicar a lei do que buscar alternativa?
- Como lidar com a ausência do repasse da União e Estado do recurso para aplicação?
- Como garantir a continuidade dos programas do plano plurianual, aprovado pelo comitê, ao longo dos anos?
- Como funciona o banco de projetos?
- O que será feito pela ANA quanto às colocações da Oficina?
- Como o usuário não participe das decisões do comitê (aplicação dos recursos, valor cobrado) se 40% dos membros são usuários? É mais fácil reclamar do que participar da proposta de soluções. A indústria está representada ou somente o setor saneamento?
- Alguém do comitê ou de agência acredita que os recursos da cobrança vão resolver o problema do saneamento?

Em seguida, foi aberto um espaço de debates para que fossem colocados argumentos, comentários, críticas, respostas às questões levantadas:

👉 **sobre a recomendação de “suspensão temporária da cobrança até o repasse ocorrer”:**

Argumento: essa proposta visa tirar a comodidade das agências. Eu sou de Prefeitura e conseguimos acessar o recurso de diversos Ministérios, mas com a Caixa é difícil. O sistema pode perder a credibilidade se ficar arrecadando e não aplicar.

Comentário1: sugeriria acrescentar na proposta do Estado de Minas Gerais, não generalizar. Isso porque a AGEVAP paga seus funcionários com o recurso da cobrança. Caso haja suspensão, a agência terá que demitir todos os seus funcionários.

Comentário2: em Minas Gerais, temos tido atrasos no repasse no segundo trimestre da cobrança, mas estamos trabalhando. Temos que convencer as instâncias superiores para que o repasse seja mais ágil.

👉 **sobre a recomendação “estudar mecanismos de abatimento”:**

Argumento: no Doce já tem mecanismos principalmente em relação a lançamento de efluentes. Se tiver uma qualidade melhor que a do enquadramento, está previsto que precisa se estudar mecanismos de abatimento.

Comentário1: essa proposta é para fazer além. Lembramos que já existe no Doce, mas não existe em outros.

Comentário2: é um mecanismo para premiar a indústria que pretende fazer um tratamento de qualidade.

👉 **sobre a recomendação de “compartilhar a experiência com a Caixa Econômica Federal”:**

Comentário: a primeira coisa que fizemos (no PCJ) foi mudar o nome “contrato de repasse”, que refere-se a transferência voluntária do governo. Colocamos o nome “contrato de transferência” que é de transferência obrigatória. Quem definiu as regras e a documentação foi o comitê, e a Caixa Econômica Federal segue essas regras.

👉 **sobre a recomendação de “Oficina específica”**

Comentário: Podemos realizar a Oficina em março.

👉 **sobre a dúvida “o que será feito pela ANA com as propostas da Oficina?”**

Estou dando uma sugestão coletiva de que, não somente a ANA, mas os Estados e outros atores do sistema nos ajudem a construir e discutir um projeto de lei regulamentando a cobrança e a sua aplicação, de forma a superar os gargalos apontados nesta Oficina, dentre eles, desembolso mais ágil, acesso aos recursos por entidade privada com fins lucrativos.

👉 **sobre a dúvida de quem realiza as avaliações dos projetos aprovados pelas agências para hierarquização:**

No caso do CEIVAP, a AGEVAP contrata uma firma que faz análise documental e técnica, em função disso, cada projeto recebe uma nota e enviamos para ser hierarquizado pelo comitê.

👉 **sobre a dúvida “como lidar com a ausência do repasse da União e Estado do recurso para aplicação?”:**

O repasse é feito integralmente, não fica dinheiro retido na União.

👉 **sobre a dúvida “o modelo atual de entidade delegatária atende a todas às competências previstas para as agências de água na Lei 9433?”**

Não, o modelo atual não permite que todas as competências das agências sejam delegadas às entidade delegatárias, uma das competências é efetuar a cobrança, que as entidades delegatárias não podem executar. A agência delegatária pode cumprir funções **de** agência, não as funções **da** agência.

ENCAMINHAMENTOS

Após o painel, abriu-se então para o momento de encaminhamentos que ficaram assim estabelecidos:

1. ANA investir em programas de comunicação sobre a cobrança (sugestão a ser avaliada);
2. Franquear a participação da ANA na revisão das normas de aplicação em Minas Gerais e São Paulo;
3. Realizar evento, em março do próximo ano, para tratar de formas de agilizar o repasse e a aplicação dos recursos da cobrança perante as normas vigentes;
4. Trabalho conjunto da ANA com Estados, e outros atores do sistema, para elaboração de um projeto de lei regulamentando a cobrança (deixar claro que a natureza distinta do recurso da cobrança, possibilitando acesso a usuários privados e normas específicas de aplicação dos recursos);
5. Agências avaliarem a proposta de ‘fábrica de projetos’, com apoio da ANA;
6. Fomentar o desenvolvimento de planos de aplicação plurianuais nos comitês de bacia;
7. Dar continuidade aos encaminhamentos da 4ª Oficina;
8. Replicar as novidades do contrato de gestão do Doce (agências, órgãos gestores e comitês);

9. Apoio da ANA para elaboração de banco de dados sistematizando os investimentos governamentais conforme realizado para a bacia do rio São Francisco.

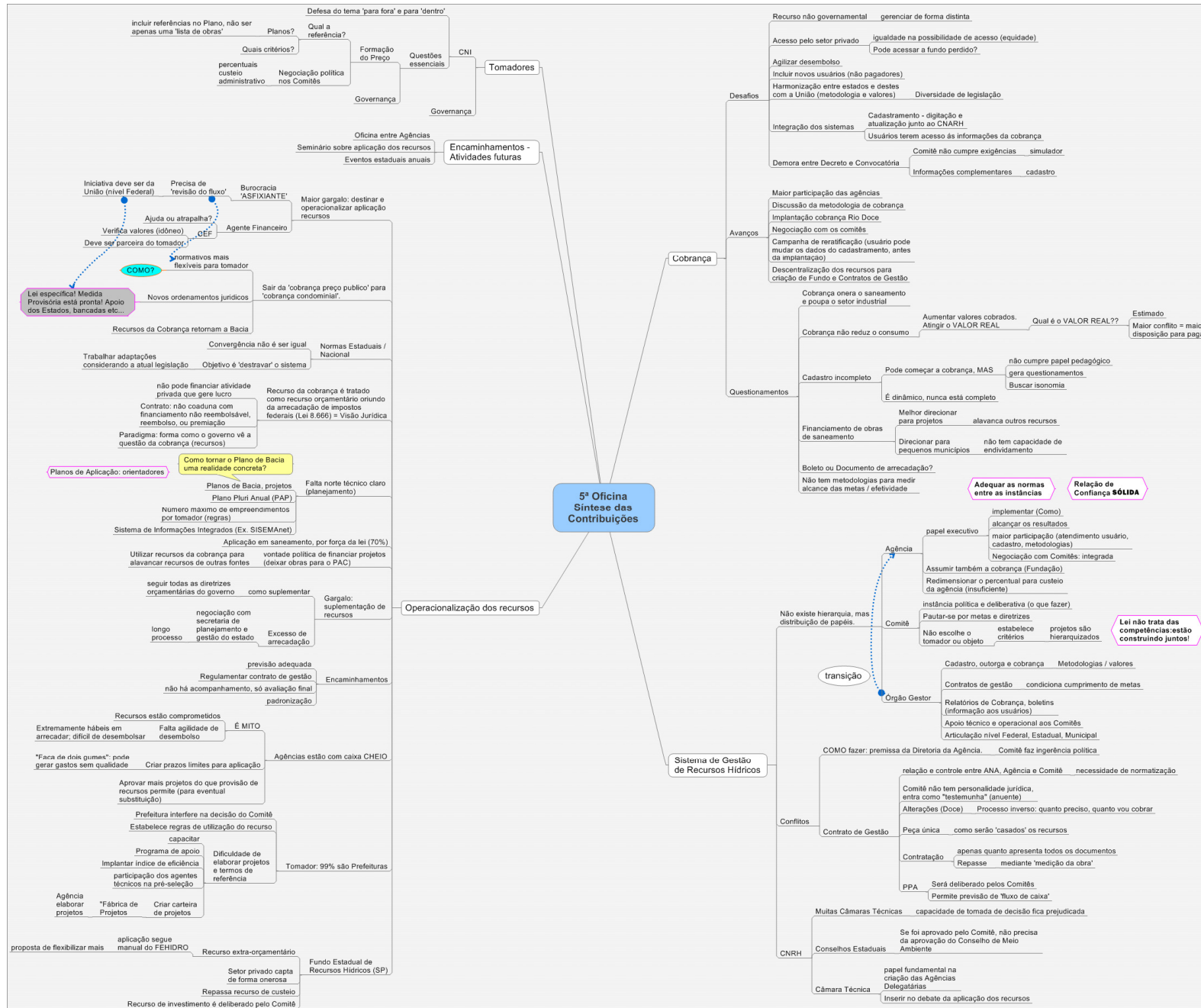
ENCERRAMENTO

Foi entregue pelo mediador um “mapa mental” (ANEXO) com um registro sintético das principais idéias surgidas nas apresentações e debates, como uma contribuição para a reflexão e disseminação dos assuntos tratados.

A ANA, por meio do Sr. Rodrigo Flecha, agradeceu os participantes manifestando sua satisfação com as afirmações positivas efetuadas no evento, e convocando todos para atuarem em prol da superação dos desafios debatidos.

ANEXOS

MAPA MENTAL - SÍNTESE 5ª OFICINA

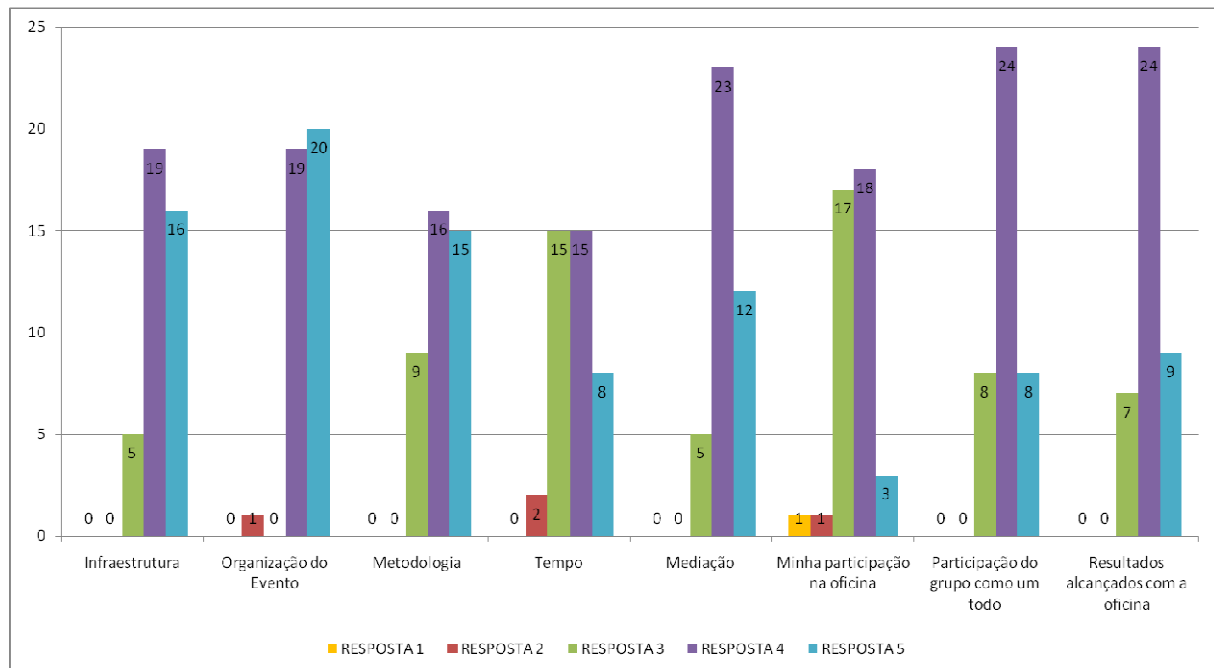


5ª OFICINA DE AGÊNCIA E COBRANÇA – Desafios da Aplicação dos Recursos da Cobrança
Mapa Elaborado por Júlio Almeida – Holon Soluções Integrativas

AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A AVALIAÇÃO foi tanto quantitativa quanto qualitativa. Na parte quantitativa, os participantes indicaram, de 01 a 05, o seu grau avaliativo em relação às questões sugeridas e, nas questões abertas foram convidados a expressarem opiniões.

Os resultados das questões objetivas foram devidamente tabulados, gerando o gráfico abaixo, sendo 1 =Péssimo; 2=Ruim; 3=Bom/Regular; 4=Muito Bom; 5= Excelente:



As respostas às questões abertas foram reunidas e estão compiladas abaixo:

Questão 1 - De forma geral, o que você experimentou e levará como aprendizado ao final da Oficina?

- A necessidade que o sistema deva ser mais ágil.
- O que não fazer.
- A necessidade de tomar cuidado com a implantação da cobrança e os meios de arrecadação e aplicação.
- Exemplos dos outros participantes; debates e propostas realizadas.
- Minha visão sobre cobrança tornou-se mais abrangente, principalmente pela visão dos comitês.
- Visão geral do assunto em outras bacias; exemplos de caminhos operacionais para agilizar aplicação.
- Novas idéias para desenvolver na bacia de origem.
- Sou do Doce, iniciante no processo de cobrança, levarei, portanto, que há muito a aprender.
- É de extrema importância reunir os membros dos órgãos gestores de RH para dar encaminhamento nas discussões.
- Necessidades de capacitação para sanar algumas dificuldades.
- Funcionamento dos comitês e agências de bacia.
- A necessidade da participação em conjunto dos diversos entes atuantes na aplicação da cobrança.
- As experiências e as preocupações e respectivas sugestões de solução - diversas.

- O aumento da complexidade da gestão, principalmente para questões não resolvidas, com a ampliação da adesão no sistema.
- Aprendizado das agências (formas de trabalhar).
- Todo o conteúdo discutido serviu de aprendizado.
- Não adianta (não trás muitos resultados), muitas palestras e poucos debates. Temos muitos problemas para debater.
- Que mesmo com os avanços ainda existem muitas dificuldades e obstáculos de difícil solução! (Para todos).
- Que ainda existem questões não bem resolvidas.
- A necessidade de trabalho integrado entre os atores envolvidos no processo.
- Como foi minha primeira Oficina, foi muito importante para o início dos trabalhos da agência na bacia do rio Doce.
- Há muito a ser feito até se chegar a um trabalho bom.
- A experiência dos comitês apresentada.
- Tudo, pois os assuntos/temas tratados são novos conhecimentos apreendidos.
- A Oficina tem uma participação forte dos diversos atores, sendo que neste evento ocorreu uma participação de entes relevantes (Tomador, CEF) que contribuíram para a discussão.
- As diversidades das agências e, mesmo, o problema enfrentado.
- Conhecimento das agências e suas particularidades.
- Uma nova visão para as delegatárias, compartilhada por todo o grupo.
- A importância do sistema e o desafio com sua implementação de modo independente.
- Integração entre as instituições participantes e uniformização das informações.
- A troca de experiência e os encaminhamentos.
- Os diversos aspectos e experiências da cobrança.

Questão 2 - Como você avalia o encontro quanto ao atendimento às suas expectativas?

- Excelente.
- Excelente no ponto de vista na troca de experiências dos comitês e agências que já aplicam a cobrança.
- Ótimo, pela possibilidade de troca de experiências.
- Superou.
- Muito bom. Excelente oportunidade de corrigir rumos conceituais.
- Muito bom! (5x)
- Muito bom, pois pude aprender bastante coisa, é presenciar certas questões.
- Muito bom. Senti muito que o Ibio não estivesse presente.
- Bom, porém esperava mais objetividade em relação aos temas da programação.
- Atendeu.
- Atendidas.
- Boas discussões, boas sugestões - falta a efetivação.
- Acredito que o encontro atendeu boa parte das minhas expectativas.
- O encontro atendeu minhas expectativas principalmente quanto as esclarecimento de dúvidas sobre o papel de cada órgão gestor.
- Positivo.
- Foi muito produtivo, temos que agilizar, flexibilizar.
- Atendeu minhas expectativas.
- Dentro das expectativas.

- Muito bom, considerando o excesso de temas e a pouca oportunidade de debates.
- Atendeu as expectativas.
- Atendeu.
- Sim.
- Superou minhas expectativas. Apreendi muito.
- A Oficina atendeu completamente às minhas expectativas quanto ao tema.
- Serviu de aprendizado e também de exposição.
- Melhor este que outros.
- Satisfatório.
- Bom.
- Esperava debate detalhado sobre caminhos de reajustes de PPU's; maior presença de usuários.
- Regular, pois a ênfase foi mais para aplicação (agências) do que cobrança (o enfoque nas dificuldades para os estados que implantarão). A cobrança não foi dada.
- Esperava uma discussão maior quanto ao encaminhamento de proposta. Deveria focar mais os temas e debates.
- Continuo com algumas dúvidas.
- Deveria ter mais tempo para algumas palestras, como a do Osman/ANA.
- Como restou pouco tempo, a discussão dos encaminhamentos foi prejudicada, mas entendo que foram importantes as discussões.

Questão 3 - O que poderia ser melhorado na realização da Oficina?

- O número de palestras foi muito grande, deixando pouco tempo para o debate de temas mais polêmicos.
- Tempo maior nos debates.
- Como é uma Oficina, deveria haver mais tempo para debate.
- Maior tempo para debates.
- Maior pontualidade.
- Vocês precisam chamar o usuário privado "pro jogo".
- Mais tempo para TG e debates.
- Disponibilidade de mais um dia para possibilitar mais debates.
- Infraestrutura local deve ser melhorada; maior número de cadeiras com braço.
- Um maior controle dos tempos de explanação das ideias e apresentações.
- Melhor dimensionamento das palestras, para evitar a exaustão.
- Juntar o conteúdo. Focar em um número restrito de questões.
- A pontualidade na execução das atividades.
- Mais debates sobre propostas de encaminhamento.
- Adequação do tempo (para ser suficiente).
- Entrega de um CD com as palestras ao final da Oficina.
- Distribuição espacial dos participantes em mesas; entrega das palestras em CD no fim da Oficina.
- Evitar temas colocados por alguns participantes fora do tema da Oficina.
- Levar os temas aos participantes com antecedência.
- Após cada apresentação ser disponibilizado tempo para perguntas e questionamentos pertinentes ao assunto apresentado, para que não ocorram dúvidas não esclarecidas.
- Distribuição do tempo adequado aos temas, de acordo com a sua importância e necessidade de debates.

- É importante avaliar os tempos para que o encaminhamento final tenha mais destaque.
- Melhor controle de tempo nas falas.
- Trazer órgão gestor jurídico, OGU, PGU.
- Separar os temas: cobrança e agência. Cada tema tem abrangência por, pelo menos, dois dias de discussão.
- Trazer para a próxima os resultados do encaminhamento desta.
- Facilitar para atingir melhor aproveitamento do tempo.
- Foco em algum "gargalo" de maior impacto; proibir o estado de São Paulo de ter mais de um apresentador em uma palestra.
- Redução das temáticas e mais tempo para debates e encaminhamentos.
- Acho que nada.

Questão 4 - O que você destaca como ponto forte desta Oficina?

- A participação de outros atores que apresentaram seus pontos de vista.
- Presença da diversidade de atores.
- O formato da programação/apresentações.
- A interação entre os participantes.
- Troca de experiências e busca de soluções.
- Troca de experiências.
- Compartilhar experiências, identificação dos diversos "gargalos" do sistema.
- A oportunidade de aprender com a experiência de outros CBH's, agências e outros atores que interagem no SINGREH. Adorei a Oficina.
- A integração entre as agências e a discussão e interesse sobre o assunto cobrança.
- As discussões.
- A participação e contribuição dos presentes para proporcionar uma melhora na área da cobrança.
- A integração e a socialização entre os participantes deste sistema.
- Interação e diversidade.
- Reunir pessoas de vários locais permitindo diálogos.
- Integração e troca de experiências.
- As experiências repassadas.
- A troca de experiência entre as agências e o apoio da ANA.
- Participação de diversos agentes do SINGREH.
- A questão da complexidade para arrecadação e aplicação dos recursos.
- Impor uma discussão sobre a aplicação dos recursos entre todos os interessados de modo geral.
- Organização e discussões.
- Produtividade das discussões.
- A qualidade das discussões.
- Destaco o nível de conhecimento e envolvimento dos participantes.
- A visível vontade de todos os participantes em buscar soluções para a problemática envolvendo a cobrança.
- A participação dos órgãos gestores e agências de forma qualificada.
- Muita dedicação da grande maioria.
- A troca de experiências.
- Os debates que possibilitaram aprofundar os temas apresentados.

- Entendo que nesta Oficina ocorreu uma maior integração entre os diversos atores - ANA, agências, tomadores, agente técnico/financeiro.
- Integração dos órgãos gestores, comitês e agências.
- Presença de diversos atores do processo, e atores importantes.
- Discussão ampla, bom nivelamento entre os participantes.
- O consenso de que devemos fortalecer o sistema, bem como, a sua independência.
- A possibilidade de integração. Viva o Júlio.

ANEXOS DIGITAIS

(estes anexos encontram-se disponíveis em www.ana.gov.br no campo Instrumentos de Gestão: Cobrança/Índice de Cobrança: Oficinas sobre Cobrança):

- Anexo Digital _Apresentação Mediador
- Anexo Digital 1_Rodrigo Flecha_ANA
- Anexo Digital 2_Giordano Bruno_ANA
- Anexo Digital 3_Sonia Souza_IGAM
- Anexo Digital 4_Rosa Formiga_INEA
- Anexo Digital 5_José Marcílio_DAEE
- Anexo Digital 6_Cláudia Fonseca_DAEE
- Anexo Digital 7_Nazareno Mostarda_DAEE
- Anexo Digital 8_Osman_ANA
- Anexo Digital 9_Fernanda Laus_ANA
- Anexo Digital 10_Cláudio_Ana
- Anexo Digital 11_Victor Sucupira_ANA
- Anexo Digital 12_Rosa Formiga_INEA
- Anexo Digital 13_Débora Oliveira_IGAM
- Anexo Digital 14_Sergio Razera_PCJ
- Anexo Digital 15_Adriana Isenburg_PCJ
- Anexo Digital 16_Célia Fróes_AGB PEIXE_VIVO
- Anexo Digital 17_Edson Fujita_AGEVAP
- Anexo Digital 18_Ronaldo_ABHA
- Anexo Digital 19_Paulo Tinel_ANA
- Anexo Digital 20_Percy Soares_CNI
- Anexo Digital 21_Elton Medeiros_CEF
- Anexo Digital 22_Marco Mesquita_ANA
- Anexo Digital 23_Fernanda Laus_ANA

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DO MEDIADOR

Do PONTO de vista do objeto contratado, consideramos que a prestação de serviços cumpriu com suas metas, atingindo resultados satisfatórios em relação à:

- i. **Proposta metodológica:** considerando que já havia uma programação pré-estabelecida para o evento, os ajustes metodológicos foram poucos e buscando atender a necessidade de espaços de conversação entre os participantes, com a criação dos 'cochichos', uma vez que estavam previstas várias palestras que ocuparam a maior parte do tempo. Os palestrantes colaboraram parcialmente com o cumprimento do tempo que lhes era reservado, sendo que algumas vezes este limite foi ultrapassado, porém os debates foram motivados em termos de envolvimento e energia do grupo. Atrasos iniciais e devido à inclusão de uma nova intervenção, com a chegada do Presidente da ANA, exigiram certa flexibilização dos horários.
- ii. **Mediação do Grupo:** os trabalhos se desenvolveram em ambiente tranquilo, com bastante colaboração da plenária que soube esperar o momento para colocar suas questões, todas muito pertinentes e focadas nos assuntos trazidos pelas apresentações, que puderam ser debatidas com a apresentação de argumentos e dados dos diversos atores e órgãos representados no evento. O pequeno trabalho em subgrupo (que apesar da consigna de formar trios, houve uma grande variação de dois até 6 pessoas) funcionou a contento, pois possibilitou a construção coletiva das propostas, envolvendo a todos os participantes, conforme pudemos observar. A presença de um segundo consultor atuando diretamente com a relatoria do evento foi de suma importância para se chegar a este resultado de relatório, na perspectiva de resgatar as falas e conferir ganho à síntese entregue em forma de mapa mental ao final do evento.
- iii. **Condições logísticas:** as instalações do Lake Side mostraram-se de grande qualidade, possibilitando a acomodação de todos com conforto. Em alguns momentos a altura do som do auditório vizinho se tornou perceptível, mas bastou um pequeno aviso para que a equipe de organização do local tomasse as providências. A alimentação dos intervalos também foi suficiente e adequada. Destacamos a presteza e qualidade dos serviços da equipe da Conect, muito ágeis no atendimento às demandas, tratando a todos com muita simpatia e provendo o necessário para o bom andamento do evento.
- iv. **Resultados e produtos alcançados:** cumprimos com todas as etapas inicialmente previstas no roteiro metodológico, de forma que o cotejamento entre o planejado e o realizado é favorável. A reunião esteve bastante focada no assunto, de forma que tratamos do essencial e prioritário. Os registros das palestras constituem o presente relatório e seus anexos, bem como o registro dos principais pontos dos debates e propostas.

Visando contribuir com o fortalecimento do processo e sua continuidade fazemos as seguintes **recomendações adicionais:**

- i. Que esse Relatório e seus anexos, sejam enviados a todos os participantes da Oficina, bem como aos órgãos equivalentes, além de rápida disponibilização na internet e de adotar um sistema de acompanhamento da efetivação das medidas solicitadas e sua avaliação participativa;
- ii. Que os **encaminhamentos sejam observados pelas instituições responsáveis** e ainda, que seja **acompanhado/monitorado pela equipe da ANA, órgãos gestores estaduais, comitês e agências de bacia** na sua realização;

- iii. Em especial, que a construção de um processo visando a **criação de uma legislação específica** para o desembolso dos recursos arrecadados com a cobrança, com maior agilidade e a operacionalidade desejada, ganhe força com a adesão dos diversos órgãos e instituições presentes nesta Oficina, de forma que também estabeleçam estratégias de mobilização de suas bases, de formadores de opinião, de tomadores de decisão, de membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, de assessorias jurídicas, enfim, atores essenciais para a condução e, quiçá, consolidação deste processo em um novo patamar jurídico.
- iv. Que a ANA estabeleça **canais permanentes de comunicação** com os atores governamentais, empresariais e do movimento social neste segmento, gerando bastante clareza e transparência no desdobramento das ações; e
- v. Que se busque a **integração das iniciativas da ANA, agências, comitês, CCRs e demais órgãos** nas esferas federal, estaduais e municipais, compartilhando responsabilidades e agendas dos envolvidos na sua implementação; criando mecanismos para comunicação e troca de experiências, virtualmente disponível e de forma ágil.

Sendo o que tínhamos a relatar, reafirmamos nossa alegria e satisfação em termos participado desse processo e nosso compromisso e disposição para a construção de espaços integrativos de conversações grupais que contribuam na estruturação de sociedades mais sustentáveis em suas relações e na relação com seus recursos naturais.

Por fim, agradecemos a equipe da Gerência de Gestão de Recursos Hídricos (GERHI/SAG) da ANA, em especial aqueles que nos acompanharam na preparação e condução desta Oficina: Rodrigo Flecha, Gláucia Oliveira, Cláudio Pereira, Fernanda Laus, Isabela, Giordano Bruno, Victor Sucupira, dentre outros, pela confiança depositada em nossa proposta e apoio constante, aos convidados palestrantes pelos conhecimentos e experiências compartilhados, pela equipe de comunicação visual da ANA pelos belos cartazes e convites e, finalmente, em especial aos participantes, motivo e honra do evento.

Brasília, novembro de 2011.

Contatos

julio@holonbrasil.com.br

Escritório: (61) 3201-42.48

Júlio Almeida - Sócio-diretor: (61) 8103-15.57